

Pastoral Catequética

revista de catequese e educação

1

Desafios pastorais de uma nova cultura

Educação Cristã, um itinerário para a vida [5-7]

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ

Catequese, um caminho para a vida [9-13]

MANUEL PELINO DOMINGUES

**Pós modernidade,
retorno do religioso e evangelização** [17-36]

ANTÓNIO SANTOS MARTO

Uma nova situação, uma nova Catequese [37-61]

LUÍS OTERO

Reforma catequética em Portugal [63-71]

JOSÉ DA CRUZ POLICARPO

Educação, uma questão de liberdade [73-90]

ETHIENNE VERACK

Edição e Propriedade**SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ**

Contribuinte: 501104038

Campo Mártires da Pátria, 40 – 1150–225 LISBOA

Telef.: 21 885 12 85 Fax: 21 885 13 55

E.Mail: educacao-crista@sapo.pt

Director

Augusto Manuel Arruda Cabral

Conselho de Redacção

Manuel Pelino, José Alves, António Marto, Jacinto Botelho

M^a Helena Pereira, Cristina Carvalho, Paulo Morgado, Albertino Silva, José Almeida**Sede da Redacção**

Campo Mártires da Pátria, 40 – 1150–225 LISBOA

Paginação e Montagem

Ângela Baptista

Tiragem

5000 exemplares

Condições de assinatura

Número Avulso: 5 Euros

Assinatura de lançamento para 2005: 10 Euros

Nº de Registo

124627

Impressão

GRÁFICA ALMONDINA

Zona Industrial

2354–909 Torres Novas

Depósito legal

221724/05

Esta revista encontra-se à venda em Livrarias Religiosas

Editorial

P. AUGUSTO CABRAL (*)

A “Pastoral Catequética” não quer ser apenas mais uma revista. Pretende, sim, preencher uma lacuna há muito sentida e satisfazer uma necessidade pastoral em três vertentes: a pedagogia religiosa em geral, a pedagogia e pastoral catequéticas e a pedagogia do ensino religioso escolar.

A Comissão Episcopal da Educação Cristã e o Secretariado Nacional da Educação Cristã estão empenhados em que ela chegue a todos os agentes pastorais e seja um instrumento de trabalho nomeadamente para pais, professores, catequistas e educadores em geral.

“Pastoral Catequética” quer ser, deste modo, um espaço de formação, reflexão e informação de eventos mais relevantes, dentro das três vertentes anunciadas.

Esperamos que ela tenha o melhor acolhimento de todos, neste seu aparecimento à luz do dia, pois pretendemos abri-la ao diálogo e partilha com todos os que se empenham neste trabalho apaixonante da educação integral.

A estrutura do seu primeiro número vai na direcção anunciada, com temas de âmbito pastoral geral: um olhar sobre a cultura e a religiosidade do nosso tempo; um ensaio de respostas e atitudes adequadas à nova realidade; por fim, uma concretização no âmbito específico da catequese e da realidade escolar

Saudamos a todos os que se têm dedicado nas suas vidas à educação cristã, em casa, nas escolas, na catequese, na sociedade, seja onde for... e o fazem com o seu testemunho e a paciência do sementeiro.

Queremos ajudar e colaborar na vossa difícil missão. E, mais do que isso, esperamos, ansiosos, o “feed-back” deste desejo de colaboração.

Que a “Pastoral Catequética” seja muito feliz numa longa vida que lhe desejamos, para tornar felizes a todos quantos nela encontrarem um apoio para se *fazerem ao largo*, pelas ondas culturais do nosso tempo.

* Director do SNEC.

Educação Cristã

Um itinerário para a vida

COMISSÃO EPISCOPAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (*)

Na Semana Nacional de Educação Cristã, de 3 a 10 de Outubro deste ano de 2004, temos presente a necessidade de renovar os catecismos para alcançar uma catequese mais eficaz. Na verdade, os catecismos são instrumentos para fazer catequese, ou seja, para apoiar o crescimento da fé em ordem à vida cristã adulta plenamente desenvolvida. A transmissão da fé torna-se hoje uma questão. Como se faz um cristão adulto? Não basta rever os catecismos. É a própria concepção de educação cristã que precisamos de reconsiderar.

1. A iniciação cristã como percurso de crescimento. Não nascemos cristãos nem nos fazemos cristãos de um momento para o outro. Tornamo-nos cristãos de forma gradual e progressiva. A vida cristã é um percurso que progride para a vida plena, vivida com qualidade, com gosto e com sentido. É como uma semente lançada à terra que germina, cresce, amadurece e dá fruto. Tem como paradigma o caminho de Abraão para a terra prometida e o caminho de Jesus para a vida nova da Páscoa. No seguimento e como concretização deste caminho, encontramos muitos percursos exemplares de vida espiritual de muitos crentes. Tornar-se cristão é, portanto, um processo que precisa de tempo e onde se conjuga a graça de Deus, o testemunho da comunidade e o esforço pessoal de conversão. Chamamos a este processo “iniciação cristã”, isto é, introdução gradual e progressiva no mistério de Cristo e da Igreja, acompanhada pela fé pessoal e adulta, esclarecida e convicta.

2. A catequese na perspectiva da iniciação cristã. A catequese tem como finalidade a iniciação cristã. Procura, nesse sentido, oferecer um itinerário de crescimento nas várias dimensões

* Manuel Pelino, José Sanches Alves, Jacinto Botelho e António Marto.

da vida cristã: no conhecimento do mistério de Deus; na união com o Senhor na oração e na celebração da fé; na adesão à vontade de Deus no agir quotidiano e no testemunho da caridade. Os frutos da catequese hão-de notar-se também na atitude de oração, na participação na Eucaristia, na integração na comunidade cristã, na prática e no testemunho do evangelho na vida quotidiana: *“Em virtude da sua própria dinâmica interna, a fé implica ser conhecida, celebrada, vivida e feita oração. A catequese deve cultivar cada uma destas dimensões. Mas a fé vive-se na comunidade cristã e anuncia-se na missão: é uma fé partilhada e anunciada. A catequese deve promover também estas dimensões”* (DGC 84).

Para crescer nestas dimensões da fé não basta participar nos encontros e conhecer o catecismo. A vida cristã transmite-se pelo testemunho dos crentes. É na vida da comunidade cristã, nos seus membros mais empenhados, nas suas celebrações, no seu estilo de vida, nas suas propostas, que os catequizandos vêem, experimentam e aprendem a ser discípulos de Cristo. Por isso, na educação cristã, é decisiva a forma como se vive a fé nos vários âmbitos comunitários: família, paróquia ou centro de culto, grupo de catequese. É nestes lugares comunitários e nas pessoas que lhe dão rosto – pais, avós, educadores, pastores, catequistas e fiéis cristãos – que se pode fazer a descoberta do mistério de Jesus Cristo e da alegria da vocação cristã. É no âmbito da comunidade cristã que os catequizandos são introduzidos na celebração, na oração, no comportamento moral e no sentido de Igreja.

3. Comunidades educativas. No itinerário do crescimento humano, social, cultural e espiritual dos filhos, **as famílias** são chamadas a desempenhar um papel decisivo e insubstituível. Apesar das muitas dificuldades e desânimos com que hoje se debatem, as famílias precisam de acompanhar com alegria e esperança o desenvolvimento harmonioso e feliz dos filhos e prestar atenção ao seu amadurecimento na responsabilidade, na generosidade, na participação e no diálogo mútuo. É também tarefa dos pais orientar o aproveitamento enriquecedor dos tempos livres e a realização das tarefas da escola e da catequese.

A paróquia, que lida de perto com a família nos momentos cruciais da vida humana, é o espaço humano e cristão onde se torna presente a comunidade cristã que acolhe, congrega na comunhão eclesial e

educa na fé. À paróquia é pedida a tarefa de acolher e apoiar as famílias na sua missão educativa de berço da vida, igreja doméstica e escola de virtudes sociais. A riqueza de vida cristã das paróquias está profundamente associada à das famílias.

A educação cristã destina-se a toda a comunidade. Só uma comunidade que é permanentemente evangelizada pode tornar-se educadora da vida cristã. Nesse sentido “*é preciso que as comunidades cristãs procurem propor uma catequese adaptada aos diferentes itinerários espirituais dos fiéis, segundo a respectivas idades e estados de vida dos adultos e dos jovens*” (E in E 51). De facto, a iniciação cristã da infância e da adolescência tem como modelo a formação cristã dos **jovens e adultos** e como meta a maturidade da fé.

Na **Escola**, através da Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC), a Igreja também oferece um itinerário complementar da catequese, que tem em vista uma síntese entre a fé, a cultura e a vida. A EMRC, acompanhando o desenvolvimento escolar, proporciona uma visão cristã do homem, da sociedade e do mundo; promove uma definição mais clara de um projecto de vida e incentiva a uma escolha vocacional mais fundamentada.

Lisboa, 27 de Julho de 2004

Catequese, um caminho para a vida

Homilia de encerramento da Semana Nacional da Educação Cristã

D. MANUEL PELINO DOMINGUES (*)

1. Catequese para diferentes itinerários dos fiéis.

Concluimos neste domingo a Semana Nacional de Educação Cristã que pretende chamar a atenção das comunidades para a importância da catequese e para a necessidade de arrancar com esta actividade em inícios de Outubro.

Nos últimos decénios, a importância da catequese tem vindo a crescer na vida das comunidades cristãs. Precisa de muitos recursos de pessoas e meios, exige muita dedicação, absorve muitas energias e esforços dos pastores e principais colaboradores mas funciona com um itinerário de dez anos na generalidade das paróquias. Deste modo, a catequese paroquial constitui um dos indicadores mais fiéis da vitalidade das nossas comunidades. Apesar das muitas dificuldades e limitações, encontramos muitos párocos que não se poupam a esforços para pôr a catequese a funcionar com os escassos meios de que dispõem; milhares de catequistas que se entregam generosa, gratuita e dedicadamente a este serviço eclesial; inúmeras famílias, mesmo não praticantes, se interessam que os filhos participem na catequese. Assim, na celebração desta Semana, é justa uma palavra de apreço, de reconhecimento e de estímulo a todos os obreiros do Evangelho que se dedicam à catequese, por vezes no meio de dificuldades e incompreensões. O Senhor Ihes conceda a alegria de servir o Seu reino e faça frutificar o seu labor apostólico.

No entanto, a catequese precisa de continuar o seu desenvolvimento e renovação. A situação cultural e religiosa da Europa reclama uma

* Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã.

maior atenção e dedicação a esta actividade fundamental da Igreja. De facto, como recomenda a Exortação Apostólica sobre a Igreja na Europa (*“ Ecclesia in Europa ”*), o crescimento do agnosticismo e da indiferença reclama a passagem de uma fé apoiada na tradição a uma fé mais pessoal, adulta, esclarecida e convicta. Este nível de vida cristã só se alcança através da catequese dirigida não só às crianças e adolescentes mas igualmente aos jovens e adultos. Como pede a referida Exortação Apostólica: *“É preciso que as comunidades cristãs procurem propor uma catequese adaptada aos diferentes itinerários espirituais dos fiéis.”* (E in E 51).

Deste modo, é pedido às nossas comunidades, aos seus pastores e principais colaboradores, um esforço acrescido mas necessário para construir uma Igreja viva e adulta: Apresentar propostas de catequese quer tenham em conta situações diferentes de adultos e de jovens, bem como de formação permanente do Povo de Deus. Na verdade, os frutos da catequese de infância dependem também da qualidade do testemunho dos adultos. E a qualidade do testemunho alcança-se com a formação cristã mais sólida.

Compreendemos, assim, que a Semana Nacional de Educação Cristã tenha em vista não apenas a catequese paroquial para a infância e a adolescência, mas alerte, igualmente, para outras formas de educação cristã dirigida a todas as idades, para a Educação Moral e Religiosa Católica na Escola, onde se faça a síntese entre a fé e a cultura e para a necessidade de variados espaços e meios de formação cristã. Como pede também a referida Exortação Apostólica: *“Os cristãos são chamados a alcançar uma fé mais pessoal, adulta, esclarecida e convicta, para que possam confrontar-se criticamente com a cultura actual resistindo às suas seduções; influir eficazmente nos sectores culturais, económicos, sociais e políticos; (...) transmitir com alegria a fé às novas gerações; construir uma cultura cristã que possa evangelizar uma cultura mais ampla em que vivemos”* (E in E 50).

2. O itinerário laborioso da fé.

As leituras deste domingo ajudam-nos a descobrir a riqueza do dom da fé e o itinerário que devemos percorrer para a alcançar. A fé dignifica, supera as alienações, educa para uma existência plena na verdade e no amor. Como crescer na fé? Como educar na fé as novas

gerações? Vamos colher algumas inspirações nas leituras bíblicas deste domingo.

A primeira leitura do livro dos Reis narra-nos o percurso de fé de Naamã, um prestigiado chefe do exército do Rei da Síria. Sofria este general sírio de uma doença grave da pele (parecida com a lepra). Foi-lhe sugerido que o profeta Eliseu, de Israel, homem de Deus, o poderia curar. Então Naamã, com cartas de recomendação do Rei da Síria, deslocou-se, com um majestoso e rico acompanhamento, até ao Rei de Israel. Este porém confessou escandalizado a sua incapacidade de resposta para este pedido. Naamã foi, então, ao encontro do profeta Eliseu. A atitude do profeta, porém, foi estranha. Em vez de receber o ilustre visitante mandou por um servo a ordem para ele se banhar sete vezes no Rio Jordão. O general ficou desconcertado e furioso com esta ordem. “Que tem o rio Jordão mais que os rios de Damasco?” questionou. Mas, aconselhado por um membro de seu séquito, sempre se foi banhar no rio Jordão. A obediência resultou. Ficou curado e com a pele limpa e sadia como a de uma criança. Então o general Naamã, homem poderoso e dominador, foi ter novamente com o profeta, confessou humildemente a sua fé, e declarou a sua disposição de, no futuro, servir unicamente o Deus verdadeiro. Naamã percorreu um caminho de humilhação. Mas esse caminho levou-o à fé e restituiu-lhe a vida com qualidade.

Que mensagem podemos perceber nesta narrativa? Há um Deus verdadeiro que restitui ao homem a sua dignidade, que ergue os que estão prostrados e os liberta das suas alienações. Ou seja, a fé é um dom que dá qualidade à vida, liberta, cura, ilumina. Mas para alcançar este dom, Naamã e todos nós temos de percorrer um itinerário de conversão e de crescimento que passa pela humildade e pela perseverança. Por outro lado, o dom de Deus apresenta-se revestido em gestos e sinais tirados da nossa pobreza humana, como é o caso da água do rio Jordão. Podemos entender nestes gestos e mediações uma referência aos sacramentos, designadamente, ao Baptismo, em que Deus nos comunica a vida nova em Cristo através de palavras e elementos humanos.

No episódio dos leprosos, narrado no Evangelho de S. Lucas, encontramos também alguns ensinamentos sobre o itinerário e as

atitudes da fé. Este trecho do evangelho destaca, na verdade, algumas atitudes dos leprosos que são fundamentais na vida de fé: antes de mais, a atitude de súplica, de reconhecimento da fragilidade e de confiança na ajuda divina. Depois, também lhes é proposto um itinerário e um rito através da mediação dos sacerdotes. Eles põem-se a caminho e recebem o dom da cura. Um dos leprosos regressa e vem agradecer a Jesus que lamenta a falta de gratidão dos outros nove. Deste modo, propõe a todos os crentes a atitude de acção de graças e de louvor como fundamental na vida cristã

3. A fé conhecida, celebrada, vivida e feita oração.

Como o percurso de Naamã e dos dez leprosos, também a catequese é um itinerário para a vida: Não é apenas conhecimento da doutrina. Não pode dirigir-se apenas à memória e à inteligência. Precisa de atingir também o coração, a vontade, a sensibilidade. É uma forma de orientar a vida caracterizada por atitudes que as personagens das leituras deste domingo nos propõem: atitude de humildade, que nasce da consciência das nossas insuficiências e fragilidades; atitude de súplica de quem confia em Deus; atitude de atenção aos sinais da bondade e da beleza de Deus, que despertam em nós o louvor e a acção de graças. A fé é, portanto, uma forma de viver que se cultiva. Essa é a função da catequese: não apenas ensinar o catecismo mas sobretudo educar para a vida cristã, ensinando a viver a fé na vida quotidiana.

A mensagem da Semana Nacional convida-nos, neste ano, a reflectir nesta identidade da catequese: É um itinerário para a vida, ou seja, um caminho que se aprende, um projecto de vida que se cultiva. Assim afirma a nota da Comissão Episcopal da Educação Cristã: *“a catequese procura oferecer um itinerário de crescimento nas várias dimensões da vida cristã: no conhecimento do mistério de Deus; na união com o Senhor na oração e na celebração da fé; na adesão à vontade de Deus no agir quotidiano e no testemunho da caridade. Os frutos da catequese hão-de notar-se também na atitude de oração, na participação na Eucaristia, na integração na comunidade cristã e no testemunho do evangelho na vida quotidiana. Como esclarece o Directório Geral de Catequese: “Em virtude da sua própria dinâmica interna, a fé implica ser conhecida, celebrada, vivida e feita*

oração”(DGC 84). Só quando conduz ao conhecimento da fé, à oração, à celebração, à comunidade e à caridade, a catequese se pode considerar verdadeiramente realizada.

4. A Eucaristia, fonte e ápice da vida cristã.

Damos hoje, dia 10 de Outubro, início ao Ano da Eucaristia que irá decorrer até Outubro do próximo ano 2005. Como lema propõe-nos o Santo Padre: *“A Eucaristia, fonte e ápice (ou cume) da vida cristã”*. A celebração da Eucaristia não é apenas o prémio que está no final do itinerário de catequese. É o alimento e a fonte que acompanha o crescimento da fé, é a escola onde cultivamos as atitudes que identificam o discípulo de Cristo: a súplica humilde de quem reconhece a sua condição de pecador; o louvor e acção de graças; a conversão permanente aos caminhos do evangelho; a alegria do encontro com o Ressuscitado que ilumina e renova a nossa vida com a esperança. A Eucaristia é igualmente o vínculo da unidade e da comunhão com o Senhor e com os irmãos, onde aprofundamos a união com o Senhor e a fraternidade humana. É, ainda, a escola de santidade onde cultivamos a perfeição da caridade e a nossa vida se transforma em oração. Deste modo, a Eucaristia dá vida e realização à catequese. Sem o encontro com o Senhor na Eucaristia, a catequese ficaria estéril e enfadonha.

Que a Eucaristia seja a fonte de água viva em que recebemos o Espírito Santo que dá gosto e alegria no caminho do crescimento da fé.

Formação

Pós-modernidade, retorno do religioso e evangelização

D. ANTÓNIO MARTO (*)

O tema que me proponho tratar intitula-se “Pós-modernidade, retorno do religioso e evangelização”. Esta reflexão pretende ajudar a ver uma nova cultura emergente, que por sua vez, também afecta a relação com o religioso e as consequências em ordem à evangelização e à catequese, hoje.

Estamos a viver uma viragem epocal, isto é, uma mudança de época e uma mudança de cultura que ainda não se apresenta com traços definidos, mas apenas em esboço.

1. UM ÍCONE: PIAZZA NAVONA-ROMA

A propósito, gostava de evocar um ícone, isto é, uma imagem que faz parte da minha história pessoal. Quando era jovem estudante de Teologia, fui para um país e para uma cidade cosmopolita, democrática e uma das coisas que me impressionava eram os comícios de extrema esquerda na praça Navona – o ex libris da cidade de Roma. Era uma autêntica liturgia laica, uma liturgia laico-messiânica, isto é, promissora de um novo futuro, um futuro radiante. Havia cânticos de entrada, havia as leituras sagradas dos autores sagrados Lenine, Mao Tsé Tung, Marx; havia a homilia dos oradores, havia a oração dos fiéis (embora de forma laica, naturalmente) a recordar os países pobres e revolucionários do mundo. Havia o ofertório, que era o peditório para as causas revolucionárias e havia o cântico de despedida. Uma autêntica liturgia das ideologias laicas promissoras, como dizia a canção, dos “Amanhãs que Cantam”. O *slogan* que mais expressava esta esperança messiânica do mundo novo, era : “Onde chegar Lenine, aí há-de chegar Jerusalém” – a nova Jerusalém, o paraíso. Isto em 1970. Saí de Roma em 77 e estive depois 19 anos sem lá voltar.

* Bispo de Viseu. Conferência proferida nas Jornadas Nacionais de Catequistas, em Fátima, a 15 de Novembro de 2003.

Quando completei 25 anos de sacerdócio, ofereci a mim mesmo uma prenda e fui então às origens, celebrar as bodas de prata sacerdotais, pois tinha sido ordenado em Roma. E vi uma paisagem completamente diferente. Na praça Navona, encontrei uma nova liturgia, que poderemos chamar místico – esotérica , do tipo “new age “. Encontrei lá os videntes, os cartomantes, os quiromantes, os homens e mulheres dos horóscopos e, com a liturgia, uma mesa, os livros sagrados desta nova religiosidade, uma vela ou mais que uma vela e enfim os novos gurus que davam consulta, direcção espiritual, confissão... Vi um que estava a confessar outro. Aproximei-me e vi que, de facto, um estava a confessar-se, a contar a sua vida toda.

Vi os cartomantes que lêem tudo através das cartas; os quiromantes que lêem através das linhas da mão e os geomantes que, através das ondas e das vibrações da Terra, dos edifícios, fazem parte de uma consciência cósmica e a partir daí se adivinha ou se lê o futuro.

E em 19 anos, a gente pergunta-se: O que é que aconteceu de novo? O que é que significa esta mudança? Como foi possível ? O que é que levou a esta mudança ?

2. A MODERNIDADE E O FENÓMENO RELIGIOSO

Vamos analisar, antes de mais, o que se chama a “Cultura da Modernidade”, como se faz ou se está a fazer a passagem para uma nova cultura que, à falta de melhor termo, se chama “Pós-Modernidade” e depois os desafios ao Cristianismo e à Evangelização.

Quando falamos de “Cultura de Modernidade”, entende-se um novo ambiente cultural que surgiu na Europa, pela metade do século XVII, uma nova cultura que modificou a relação do homem com a natureza, consigo mesmo, com a sociedade e por conseguinte também com Deus, e que se caracterizou pela busca e reivindicação da autonomia, nos diversos campos da vida cultural e social.

Dá-se a autonomia da filosofia em relação à teologia, sobretudo expressa no Iluminismo, filosofia das luzes, que olhava para toda a Idade Média como a idade das trevas. Agora chegou uma nova luz, a luz da razão emancipada, a razão adulta, autónoma; seria a fonte e, ao mesmo tempo, a meta de toda esta cultura moderna.

Autonomia no campo da ciência: através de uma série de descobertas científicas e técnicas, o homem toma então consciência da eficácia da sua acção e do seu domínio sobre a natureza e, por

consequente, adquire a liberdade e a libertação de todo o temor religioso ou porventura mágico diante da natureza.

Autonomia na economia, através da chamada e conhecida “Revolução Industrial”, que transformou completamente o estado da sociedade tradicional, e que teve a sua expressão no individualismo capitalista.

Autonomia no campo político, em que os povos buscam a liberdade e entram nos regimes democráticos; dá-se a queda dos antigos regimes e passa-se aos regimes democráticos, à época das grandes ideologias filosóficas e políticas que prometiam “os amanhãs que cantam”.

A própria cultura moderna, ou modernidade, tornara-se triunfante e triunfalista. Perante os progressos inauditos das ciências, da técnica, da razão pensante, autónoma, adulta do homem que atingiu a sua maioridade no pensamento, podia entrever-se e prometer-se um futuro radiante: a grande promessa.

Para o positivismo, a ciência anunciava que podia resolver todos os problemas humanos. A ciência e a técnica, aliadas à razão, levariam ao chamado progresso ilimitado, indefinido, à emancipação total do homem de todo o obscurantismo, de toda a ignorância, de toda a miséria.

2.1 A secularização como fenómeno histórico-cultural

Este grande movimento histórico-cultural, caracterizou-se também como um processo de secularização. Secularização é, antes de mais, um movimento histórico e cultural que se caracteriza pela libertação da cultura e da sociedade em relação à tutela que sobre esses âmbitos exercia o religioso, a religião ou o eclesiástico, a Igreja. Portanto a secularização em si é este movimento histórico-cultural que tem aspectos positivos e tem também aspectos negativos, conforme se processou historicamente.

A própria religião devia ficar confinada aos limites da razão, excluindo, portanto, toda a dimensão sobrenatural.

A questão de Deus tornava-se cada vez mais problemática, até se chegar ao extremo, isto é, ao secularismo, que exclui à priori toda a referência do homem e do mundo ao transcendente, derivando para o ateísmo. Este teve a primeira manifestação já no século XVII, com os chamados libertinos, e atingiu o seu momento histórico auge no século XIX, como sistema de pensamento, como ideologia com o tema

da morte de Deus e o aparecimento de numerosos conflitos entre a razão e a fé. A religião é, então, considerada como uma atitude que pertencia ao estágio infantil da humanidade, por conseguinte ultrapassada. Era considerada como uma espécie de doença fantasmagórica, fruto da fantasia doentia do homem, que procurava uma cura, uma consolação e uma esperança, projectando-a num além, isto é, num Deus, e que deveria ser substituída, pelo humanismo laico, o humanismo ateu, que se apresentou como alternativo e sucedâneo do cristianismo. Agradecia-se ao cristianismo tudo o que realizou na história, mas dava-se como esgotado e agora haveria um novo ciclo, substituto do cristianismo, que seria o humanismo ateu ou o humanismo laico.

O século XIX viveu à volta dos anos 1840/1890, durante cerca de 50 anos, uma onda de euforia científica, técnica e revolucionária, que alcançou vértices nunca antes sonhados. O que antes tinha significado Deus, a religião, o cristianismo, agora isso é significado pelo homem, pela sociedade, pela razão, pela ciência, pelo progresso, pela revolução e pela emancipação total. Essas foram as grandes palavras de ordem que encheram a alma europeia desde 1750 a 1960, um século. Eram os ideais sagrados, intocáveis, eternos em que se acreditava.

2.2 Os quatro dogmas da modernidade

Poderíamos então sintetizar os grandes dogmas desta cultura moderna em quatro aspectos:

1. A fé no poder absoluto da razão laica (tudo tinha de passar pelo crivo da razão);
2. A fé cega na ciência materialista;
3. A fé no progresso ilimitado, irreversível, à prova de males (os males que ocorressem eram uma ocasião para um novo progresso);
4. A emancipação total, isto é, a libertação total de todo o obscurantismo, de toda a ignorância, de toda a escravidão, de toda a miséria social.

A novidade destes tempos modernos, assim chamados em relação ao fenómeno religioso e ao cristianismo, não consiste em que o homem tenha decidido usar livre e publicamente a razão segundo o lema de Kant. Este lema lança raízes na convicção cristã de que o homem é

criado à imagem de Deus, por conseguinte, capaz de conhecimento criador e de desenvolvimento e progresso do mundo.

O próprio Iluminismo, a filosofia das luzes, foi crente, embora anticlerical, anti-eclésiástico e revolucionário. O que marcou a ruptura epocal foi o facto de a modernidade se apresentar como um grande projecto ambicioso de salvação do homem pelo homem, que teve a expressão teórica depois nos chamados “mestres da suspeita”, Marx, Nietzsche e Freud, com a seguinte mensagem de todos eles: *“É preciso que Deus morra para que o homem viva. Não há outro Deus para o homem que não seja o próprio homem”*. E é interessante notar que o século XIX deixou, na consciência geral, essa chaga aberta que continua a purgar pelo século XX fora: o rancor contra Deus, a suspeita de que a fé em Deus é alienante e opressora.

2.3 As várias atitudes da modernidade face à religião

A relação da cultura moderna com a religião, com o fenómeno religioso, passou por várias fases, não foi unívoca. Nessas várias fases, a primeira foi procurar manter a religião dentro dos limites da razão, reduzir a religião a uma religião meramente natural, racional, desprovida de uma dimensão e de uma revelação sobrenaturais. O próprio Cristo era admitido e reconhecido, mas reduzido à categoria de um mestre, de um pedagogo que ensinou a viver bem, a viver de modo justo e correcto, mas não como Filho de Deus, feito Homem. É que nós, ainda hoje, sofremos disso mesmo na catequese quando reduzimos Cristo a mero professor de Religião e Moral e a um pedagogo de bom comportamento.

A segunda atitude foi contra a religião, o abate da religião, como se a religião fosse uma espécie de cancro maléfico que era preciso extirpar até às raízes da consciência individual das pessoas e da própria consciência social.

Em seguida, foi uma atitude enfim, mais branda, mas não menos maléfica, que consistia em viver sem religião, o laicismo. O laicismo reduz a religião à esfera privada da consciência pessoal, mas nunca lhe reconhece qualquer relevância nem qualquer significado cultural e social.

E depois, já no século XX, chega-se então ao reconhecimento do direito à liberdade religiosa, na sua dimensão individual, social e política, que contribui para a colocação do facto religioso na sociedade actual.

3. A OSCILAÇÃO DO PÊNDULO: A PÓS-MODERNIDADE E O RETORNO DO RELIGIOSO

O século XX, há pouco terminado, nasceu sob o signo da modernidade, da cultura moderna, mas depois conheceu as suas grandes crises: a crise de duas grandes guerras mundiais, com os campos de concentração nazis, com os *gulag* soviéticos, onde se cometeram os maiores horrores humanos; a situação de guerra fria entre os dois grandes blocos, o fosso entre países ricos e países pobres, o aumento do analfabetismo que se tinha proposto erradicar, enfim as novas pestes do século XX: a droga e depois a sida. Quer dizer, as nossas sociedades, onde actuam todos estes fenómenos, vão tomando consciência que permanecem impotentes perante a violência que as habita. Começou-se então a assistir ao declínio das ideologias políticas e à queda dos regimes totalitários.

A ciência, por sua vez, reconhece que ela sozinha não pode resolver todos os problemas humanos. Os homens são abalados pela sua incapacidade de gerir, para o bem comum, as relações económicas cada vez mais globalizadas. O crescimento das riquezas económicas é acompanhado pelo aumento do desemprego e pelo desnível cada vez maior entre países ricos e países pobres. A modernidade vive então uma fase de crise, entra numa crise que se reflecte em datas emblemáticas para nós. Crise reflectida na segunda grande guerra mundial, em que Estaline e Hitler representam a maior irracionalidade humana e social. A crise do Maio francês de 1968 significa a contestação de um modelo de sociedade; a crise energética do petróleo em 1973, que significa a crise do modelo de desenvolvimento que se pensava indefinido, ilimitado, em que se consideravam as fontes de energia inesgotáveis e a natureza com uma capacidade ilimitada de se refazer. Tudo isso traz consigo uma crise ecológica. Depois vem a data da queda do muro de Berlim, em Novembro de 1989, que significa o culminar da queda das ideologias fortes e a perda total da sua credibilidade. Por fim, entramos no século XXI, com o 11 de Setembro de 2001: a irracionalidade do terrorismo global e a vulnerabilidade global do mundo, das pessoas, das sociedades e mesmo das grandes potências, como constatamos todos os dias nas notícias.

O próprio século XX terminou sob o signo da pós-modernidade. Este termo, pouco elegante e difícil de definir, exprime por sua vez uma continuidade e uma rotura com a modernidade. A sociedade e a

cultura actual, herdeiras das precedentes, passam ao regime do “consumo de massa”. A sociedade caracteriza-se agora como pós-industrial, porque o seu centro de gravidade não está na criação de grandes pólos de produção, mas no sector terciário, isto é, no sector dos serviços, dos média, da informação, da saúde, da cultura e do lazer que são, por sua vez, também um produto comercial. É a sociedade da informática e da telemática, da comunicação rápida e fácil das auto-estradas electrónicas. Assiste-se a uma transformação prodigiosa da natureza e da circulação do saber na *Net*.

O indivíduo ou o individualismo, por sua vez, é promovido ao plano de ideal, jamais atingido no passado. O que conta, não é tanto a pessoa, é o indivíduo com autonomia e reivindicação dos seus direitos individuais, sem olhar a deveres e acompanhado por uma libertação inaudita de costumes. Paradoxalmente, quando se exalta o individualismo, assiste-se também à massificação das pessoas, cada vez mais condicionadas pelos *mass média* e pelos modelos que os *mass média* apresentam. É conhecida a tese do ensaísta canadiano Mac Luhan a propósito dos *mass média*: “a mensagem é a massagem”. A mensagem é a massagem que anestesia a gente. Ao mesmo tempo, a mobilidade das populações, comandada pelas exigências económicas, tem efeitos naturalmente desestruturantes, quer nas relações sociais, quer até nas próprias consciências.

Então, esta nova cultura que marca o fim da modernidade, já não é mais triunfalista, não promete um futuro brilhante. É antes a expressão dum desencanto em relação à modernidade, que prometeu tanta coisa e cumpriu pouco. E por isso, notamos um certo carácter pessimista, de cansaço, de extenuação, de fadiga. Uma cultura determinada pela perda das referências fortes, quer ao nível do pensamento, quer ao nível dos costumes, da moral, quer ao nível das próprias relações sociais. Hoje entramos no chamado pensamento débil, quer dizer, na renúncia às grandes verdades, aos grandes valores. Não há grandes verdades, não há verdades absolutas, não há valores universais. Há verdades parciais, cada um faz as suas verdades, há valores parciais, cada um com os seus e, portanto, a grande ordem dos fins, as finalidades, perdem-se. Cada um procura a sua felicidade individual. Uma felicidade de facilidade a curto prazo, ao formato de cada indivíduo, ao sabor e ao gosto de cada um. Portanto, uma felicidade de facilidade e de facilitismo. E vejam como isto se reflecte em toda a vida social, cultural, nas escolas, enfim, nos pais em relação à catequese dos filhos. E a facilidade não leva a nada.

O indivíduo encontra-se então perante si mesmo, numa espécie de deserto, onde nada mais tem sentido, vive a prova da “solidão existencial” e vê impor-se uma nova forma de narcisismo. Narcisismo é a contemplação do seu *ego* (do seu eu), um olhar para si, para o seu eu, para a sua realização que a vida económica com a publicidade, a vida artística com a canção, o romance e o teatro, a vida mediática nas suas inumeráveis expressões, e até a própria vida política, não deixam de entreter e inflacionar Tudo procura seduzir-nos, da maneira mais elementar e mais imediata.

Entramos naquilo que se chama um “*niilismo passivo*”. Niilismo quer dizer a ausência de grandes ideais, de grandes valores, de grandes projectos pelos quais vale a pena viver, trabalhar, lutar, sofrer. É um niilismo em que a própria questão do sentido da existência deixa de ter sentido: “*Viver sem ideal, sem fim transcendente, tornou-se possível*” (Lipovetsky). Não se põem mais as questões últimas, como as questões entre o verdadeiro e o falso, entre o bem e o mal. Trata-se de resolver os problemas de ocasião, o melhor ou o menos mal que se puder e, “cada um que se arranje” o melhor que sabe e o melhor que pode. E isto é vivido muitas vezes, sem drama nem tragédia, numa mera desconstracção. Mas nem por isso significa que se seja mais feliz!

A globalização está comprometida numa marcha sem retorno e cada um sabe que ela é capaz de veicular o melhor e o pior. Pergunta-se se “o futuro ainda tem um provir”... Poderíamos comparar esta situação a uma longa e difícil crise de adolescência, uma adolescência prolongada, que nunca mais acaba. E como todos sabem, uma crise, mesmo de crescimento, por definição, nunca se passa bem. Mesmo que porventura seja benéfica, nunca se passa bem.

Este estado da sociedade e da cultura deixa-nos então uma certa sensação de frustração contra a qual muitos reagem, até com o risco de parecerem heróis aos olhos dos outros. Mas a necessidade de encontrar sentido para a existência quotidiana permanece sempre. O Homem não se exalta mais, mas por detrás de um comportamento descontraído, um comportamento *cool* (que quer dizer “fixe!”), muitas vezes esconde-se o medo e procura-se com angústia... É aquilo que o sociólogo Peter Berger designa como “*a perda metafísica do lar*”: um mundo sem lar, (lar, quer dizer lareira), um mundo sem calor humano, portanto, com vazio espiritual e a ausência de sentido, que a literatura com as suas antenas capta imediatamente. As melhores

peças do escritor romeno Ionesco mostram-nos um universo onde não há diálogos humanos significativos. O tema único de Samuel Becket, por exemplo *Godott*, é um mundo sem Deus e sem significação, em que só miraculosamente pode sobreviver um resto de calor humano.

3.1 A vingança do reprimido

Este é o novo contexto cultural em que brotou o que se chama o retorno ou regresso do religioso e, ao mesmo tempo, a sedução do oculto, do irracional. Por vezes, em forma selvagem, cheio de ambiguidades, como vingança do reprimido que agora salta sem peias. Já o filósofo Hegel havia reconhecido que, na medida em que a religião desaparece do mundo exterior, ela regressa ao interior, para levantar os seus templos no coração do Homem. E o sociólogo Max Weber afirmava: *“os numerosos deuses antigos, desencantados e com a forma de poderes impessoais, saem dos seus túmulos, tratam de se apoderar das nossas vidas, onde começa a luta eterna que mantêm entre si”*.

Este retorno ou despertar do religioso, manifesta-se sobremaneira no proliferar de novos movimentos religiosos, de novas seitas, uns como ramos espúrios do cristianismo, outros como expressão das religiões orientais. Manifesta-se também em micro-culturas localizadas, micro-culturas esotéricas, portanto num culto do irracional, difundido pelos *mass média*, suscitando este gosto e este apetite pelo oculto e pelo irracional. Manifesta-se ainda numa religiosidade difusa, flutuante, eclética, que se chama hoje a *“New Age”* – a nova era.

O colapso dos grandes sistemas ideológicos, a insatisfação do materialismo da vida quotidiana, um certo vazio senão mesmo um grande vazio na política, incapaz de trazer razões para a acção militante e para a esperança, a falta de consenso nas grandes questões éticas da vida humana, criaram um certo vazio no coração das pessoas, no início deste novo século. E libertaram como que um espaço para uma busca espiritual e mística, quer em forma religiosa selvagem, quer mesmo em forma laica, sem ter qualquer aspecto religioso. Espiritualidade e mística, por mais estranho que pareça, regressam sobretudo como busca de sabedoria e busca de sentido. Trata-se de saber se a vida é digna de ser vivida e como vivê-la com sentido, com sucesso e com felicidade.

É esta a questão que está por de trás deste nascimento da “New – Age”, onde a busca de espiritualidade é um fenómeno social e cultural recente, que produz uma nova paisagem religiosa, que está em vias de se afirmar e, por ventura, de durar ainda longo tempo. Esta “New– Age”, como expressão da nova religiosidade, é uma espécie de nebulosa místico–esotérica, que procura responder e remediar o desencantamento do mundo e do homem através da busca do espiritual e do divino que está nele, no seu interior, por isso se chama esotérica. Busca esta espiritualidade e esta mística no interior do homem e que, conseqüentemente depois conduzirá o mundo a uma maior realização. Todavia o divino, Deus, aqui, é percebido como algo cósmico, como uma grande consciência cósmica, isto é, uma grande energia cósmica, uma grande vibração universal e não Deus pessoal. Portanto é um misticismo de tipo imanentista, que se propõe descer às profundezas do próprio ser interior, para aí encontrar uma centelha, uma pequena luz divina do seu eu mediante a iluminação. Essa luz, essa iluminação não provêm de uma palavra revelada, mas dessa centelha, dessa pequena luz divina que faz parte da consciência cósmica e que, quando o homem a descobrir e encontrar, será capaz de o iluminar, de lhe dar a certeza última e definitiva da sua realização, de lhe dar ou contribuir para o desenvolvimento de todas as potencialidades ocultas presentes no seu Eu.

Iluminação interior e não a conversão ao Deus pessoal é o núcleo desta nova espiritualidade e desta experiência místico–gnóstica. Esta iluminação pretende ser o conhecimento total do Homem e por isso julga–se superior à razão e à própria fé. É uma mística que se vive mais ao nível do coração e da afectividade do que ao nível da cabeça e da razão. E até se apoderou da figura de Jesus, considerado apenas como um mais um guru, isto é, um mestre de sabedoria e de espiritualidade, mestre capaz de despertar a profundidade interior do eu, mas por causa da sua forte personalidade carismática e não por ser Filho de Deus, feito Homem. Por conseguinte, este Cristo da “New Age”, não pode ser o salvador, porque a salvação vem unicamente do nível do conhecimento do meu eu, e da libertação que alcançar por mim mesmo. Por conseguinte, trata–se de uma auto–salvação ou auto–redenção. A conversão é reduzida apenas a uma introspecção. É interessante porque usam o nosso vocabulário: noção de interioridade, de espiritualidade, de mística, de conversão, num significado completamente diferente do sentido cristão. Portanto a conversão,

para esta nova religiosidade, é reduzida a uma introspecção, ao olhar para dentro de si mesmo.

A revelação é reduzida a um despertar da consciência, a uma iluminação interior por essa centelha divina, que é cósmica e que está dentro de cada um e não uma palavra que vem de fora, que vem do alto. O objectivo dessa espiritualidade é tornar a pessoa realizada, que se exprime em palavras: paz, harmonia, serenidade, sentir-se bem consigo mesmo, com o seu corpo, com os outros, com a natureza. Trata-se sobretudo da busca de um bem-estar físico e mental, através de métodos que vai buscar às religiões orientais, aos esoterismos, às doutrinas ocultas, à nova física, concretamente à física quântica, das ondas, das energias, das vibrações próprias da matéria, à medicina global e à medicina alternativa, às diversas terapias de grupo. Traduz o desejo de uma espiritualidade, de algo que toque o coração, que toque o interior da pessoa, de um método que seja capaz de conferir sentido a uma vida e a um mundo caótico e confuso. Trata-se da busca de algo mais humano, mais belo na relação com a vida *estressante* e opressora da nossa sociedade.

3.2 A religiosidade pós-moderna: características

A pós modernidade modifica a relação com o religioso e a sua configuração pela deslocação de acentos, interesses e experiências. Esta nova religiosidade que se observa a partir dos anos 80 do século passado, caracteriza-se por vários aspectos, que apresentamos muito sinteticamente.

1. Uma religiosidade estético-emotiva: procura a verdade estética, aquela que deriva da percepção sensível, aquilo que fascina, que agrada, que satisfaz, que seduz, que ajuda a resolver as dificuldades e os problemas. Não se trata da verdade em si, mas da verdade que agrada, que seduz. É aquilo que encontramos nos *media*, que procuram seduzir. Se antigamente era a Igreja que fazia magistério (que ensinava), hoje quem faz magistério são os meios de comunicação social. Nem são os Bispos nem são os políticos, são os jornalistas.

Como reacção à cultura moderna, a nova religiosidade procede e age ao nível dos sentimentos, das sensações e das emoções.

2. Uma religiosidade vaga, difusa: não se exprime em proposições, em verdades doutrinárias e convencionais. Portanto, encontramos-nos perante uma religiosidade sem Deus, sem um Deus pessoal, perante

uma espécie de crise de Deus em veste religiosa. Uma crise de Deus, do Deus pessoal, Deus Cristão em veste religiosa. Temos um retorno do religioso que não significa o retorno da fé cristã. É um religioso que não requer mais fé do que ir ao cinema. É a mesma coisa.

3. Uma religiosidade flutuante: foge de estruturas de tipo institucional e confessional, mais ainda é anti-institucional, não se quer ligar a nenhuma instituição religiosa; é do indivíduo, pura e simplesmente.

4. Uma religiosidade sincretista: uma espécie de *cocktail* feito de elementos de religiões diversas, de ciências ocultas, de terapias, etc.

5. Uma religiosidade privatizada, individualista, quer dizer, ao sabor do freguês, onde se escolhe à lista, como quando se vai ao restaurante e se escolhe o menu, ao sabor dos gostos, das expectativas, daquilo que ajuda mais nas dificuldades da vida, aquilo que corresponde mais à situação psicológica que estou a viver neste momento, etc.

6. Uma religiosidade narcisista e light: narcisista, porque procura o bem-estar do eu, o bem-estar físico e mental, *light*, porque é alérgica a tudo o que possa por em causa, como por exemplo o sacrifício, etc.

7. Uma religiosidade esotérica: (esoteros quer dizer interior, oculto) portanto que olha para dentro do eu, à descoberta da sabedoria, da criatividade, de poderes ocultos, que estão no próprio indivíduo.

8. Uma religiosidade místico-cósmica, que procura viver uma experiência de fusão com o divino, entendido como uma energia cósmica, portanto uma experiência de fusão com o universo, entendido como uma grande consciência, que irradia através de ondas, de energias, etc.

9. Uma religiosidade reencarnacionista: a reencarnação aparece como uma chance para o máximo desenvolvimento do potencial humano, uma vida não basta para desenvolver todas as potencialidades. Por conseguinte, essas potencialidades que cada um tem desenvolver-se-ão através de reencarnações sucessivas. Daí o reenvio da morte pela reencarnação, porque a morte é um acontecimento inócuo que não afecta nada.

10. Uma religiosidade neo-pagã que tem preferência pelas religiões orientais e pelas religiões pré-cristãs, concretamente as religiões dos celtas e druidas, porque se considera que estas religiões pré-cristãs ainda não foram contaminadas pelos elementos judaico-cristãos, pois a religião judaico-cristã é a grande culpada de todo o desastre do Ocidente.

Este regresso anárquico das formas primárias de inquietação religiosa é um sinal dos tempos, que interpela a sociedade e também a Igreja. Sufocada, reprimida, a religião volta agora galopante, às vezes, enfim, reduzida a uma paródia piedosa. Porém, este pulular de doutrinas, de novos movimentos e de seitas, parece consumir mais oxigénio espiritual do que aquele que produz. Por isso mesmo, é necessário levar a sério o regresso do religioso, com as características que referimos pois são um sintoma de uma revolução cultural, isto é, de uma viragem cultural e é necessário proceder a uma certa purificação das suas manifestações doentias e desviadas. Do ponto de vista pastoral, trata-se de: ter em conta esta nova paisagem espiritual e valorá-la com discernimento; evangelizá-la, na medida em que é evangelizável; responder na Igreja às expectativas que isto exprime. Citando João Paulo II: *“a época em que vivemos é, ao mesmo tempo, dramática e fascinante. Se, por um lado, parece que os homens vão no encalço da prosperidade material, mergulhando cada vez mais no consumismo materialista, por outro lado, manifestam a angustiante busca de sentido, a necessidade de vida interior, o desejo de aprender novas formas e meios de concentração e oração. Não só nas culturas densas de religiosidade, mas também nas sociedades secularizadas se procura a dimensão espiritual da vida como antídoto à desumanização”* (RM 38). Estas palavras do papa sintetizam tudo o que anteriormente fica dito. Quais são pois as interpelações colocadas ao Cristianismo?

3.3 Interpelações ao cristianismo em ordem à evangelização

3.3.1. Religião, Revelação e Fé: ir ao coração da fé

Em primeiro lugar, há que entender bem a relação (relação e distinção, uma distinção relacional e uma relação distinta) entre religião, revelação e fé, que, por sua vez, depois nos pede para ir ao coração da fé. O homem, desde que é homem, segundo os estudos antropológicos, é um ser fundamentalmente religioso. É habitado pela busca do sentido da sua existência, pela aspiração a uma vida de plenitude, por conseguinte, habitado pela questão da transcendência, do absoluto. E o grande contributo dos especialistas das ciências das religiões, no século passado, foi nomeadamente mostrar que o facto religioso é um facto irreduzível, quer dizer que não se pode reduzir a

uma outra dimensão do comportamento social dos homens, é único e distintivo do ser humano. Mas a religião, a dimensão religiosa que brota do Homem e que o abre para uma dimensão transcendente, a religião ainda não é a fé, a fé cristã. Esta atitude religiosa do Homem é ambígua, pode sofrer desvios, pode ser marcada pela violência, pelo próprio pecado, pode degenerar no desejo, por exemplo, de domesticar o poder divino. Então pode tornar-se em idolatria, pode tornar-se magia, por exemplo. Por conseguinte, esta atitude religiosa do homem tem necessidade de ser convertida e isso só o pode ser pela iniciativa de Deus, tal é o sentido da revelação. Quando queremos conhecer alguém, não nos basta os dados do Bilhete de Identidade. Este fornece os dados para reconhecer alguém exteriormente, por fora. Se queremos conhecer alguém por dentro, temos de entrar na sua intimidade, na sua amizade, mas, para isso, é necessário que essa pessoa se revele, e nos revele o segredo, o mistério da sua vida. Isto para dizer que nunca poderíamos entrar no mistério da intimidade de Deus, se Ele não tomasse a iniciativa de se abrir a nós, de se revelar, tirar o véu, de vir ao nosso encontro. Por isso, a essa iniciativa de Deus, então corresponde e responde o acto de fé, que é mais que uma atitude meramente religiosa; é, sobretudo, o acolhimento de Alguém que vem ao nosso encontro. Neste sentido, a fé diz mais, muito mais, do que a religião. A busca mais ou menos panteísta do divino, nos adeptos da nova religiosidade, da *“new age”*, é fundamentalmente estranha à busca do Deus pessoal, do Deus amor trinitário da revelação cristã. Isso tem de ficar claro. O Deus de Jesus Cristo não é a energia cósmica, mas um Deus que entra na História, que abre a sua revelação, a revelação e comunicação de si mesmo, nesta História, para a redimir e levar ao seu acabamento e plenitude. O Deus de Jesus Cristo não é uma varinha mágica que automaticamente liberta o desenvolvimento das potencialidades implícitas no Homem. É o Deus misericordioso, que salva e salva gratuitamente. Não é Deus de uma experiência imediata de quem a gente pode dispor, mas é Aquele que se busca, mesmo depois de se encontrar, porque é sempre mistério maior do que nós. Por vezes, busca-se na nudez da fé, nas noites da fé, para além de todos os sinais e de todos os prodígios. É o Deus gratuito, Deus mistério sempre maior do que nós. Isto é um convite a ir ao coração da fé cristã, a redescobrir a sua novidade, a sua originalidade, a sua beleza, o seu encanto, a sua frescura, o seu entusiasmo, na pessoa e no mistério de Jesus Cristo. Este é centro, o coração da fé.

Assim a situação espiritual do nosso tempo requer da Igreja, antes de mais, o superar a debilidade da fé: a maior parte dos cristãos, que muitas vezes pensam conhecer o cristianismo, nem sequer conhecem os rudimentos da fé e muito menos o coração da fé. E não têm encanto pela fé. Um cristão, hoje, sente, de um modo particular, que tem de ter encanto por Jesus Cristo. Um catequista que queira ser catequista tem de ter encanto por Jesus Cristo, descobrir a beleza do rosto de Cristo. Ressoa aqui, em toda a sua radicalidade, aquela pergunta que Jesus fez aos primeiros discípulos: *“Que procurais?”* E a reacção destes: *“Mestre onde moras?”*, com o subsequente convite *“Vinde e vede”*. Vinde conhecer por vós mesmos. Vinde fazer a experiência. Vinde morar comigo. Portanto, é um regresso às origens, é como que uma Evangelização a partir, outra vez, do princípio. Aquilo que o Papa diz: *“recomeçar a partir de Cristo”* – este é o grande desafio. E não digo isto por mim mesmo, mas pelas palavras do Cardeal Ratzinger: uma das pessoas mais ortodoxas da Igreja Católica: *“A Igreja fala demasiado de si mesma e pouco de Jesus Cristo”*. Fala, por vezes, demasiado de si mesma, dos seus problemas, das suas estruturas, das suas querelas internas, enfim, e pouco de Jesus Cristo.

3.3.2. Formação na fé para todas as idades

Não se ama aquilo que não se conhece, que não se conhece bem. Portanto, o Cristianismo não pode ceder ao irracional, ao meramente emocional, embora tenha que lhe dar a sua atenção. Na linha da grande tradição cristã, há que cultivar, também, hoje o diálogo entre a fé e a cultura, a fé e a razão, para mostrar que é possível viver uma fé intelectualmente honesta e não a fé cega, uma fé fideísta, incapaz de descobrir e dar aos outros as razões da fé. Daí, apostar na formação da fé para todas as idades. Não é só para a infância, mas para todas as idades. Se fizermos uma comparação: nós temos um exército de catequistas, se contássemos a maioria desses catequistas são catequistas para a infância e adolescência. Isto é o mesmo que ter um exército de médicos e 90% serem pediatras. Alguma coisa está mal. Nós temos que ter catequese que chame a todos, isto é, para todas as idades, e catequistas, formadores da fé, para todas as idades. Tem de haver aqui uma proporção. Parece que investimos tudo nas crianças e adolescentes e deixamos os outros. Trata-se de oferecer uma boa apresentação, uma apresentação muito profunda da mensagem cristã

que dê uma visão global. O que falta a muitos cristãos é uma visão global, pelo menos uma visão de conjunto da sua fé, enquadrada dentro da grande história da salvação onde se insere a pequena história de salvação de cada um de nós (que pelo facto de ser pequena, não significa que não seja importante) e coroada pela escatologia. Mas, enquanto não formos capazes de inserir a nossa pequena história de cada um, da família dentro da grande história da salvação, que vem de longe e continua, não saberemos enquadrar a nossa existência. E hoje o maior inimigo da fé cristã, não são os adversários de fora; o maior inimigo da fé cristã é o analfabetismo religioso, é a iliteracia religiosa, é a ignorância religiosa, é a não compreensão dos textos base, dos textos fundadores da nossa fé.

3.3.3. Uma fé que fale, ao mesmo tempo, à inteligência e ao coração

Estas novas formas de experiência religiosa sugerem-nos caminhos novos para uma iniciação cristã que, através do anúncio e da celebração, seja capaz de falar à inteligência e tocar o coração, porque uma das deformações do discurso religioso consiste em reduzi-lo à palavra racionalista ou então a uma palavra meramente sentimental, como se nós próprios vivêssemos só da razão ou do sentimento. Tem que se falar à inteligência e ao coração. Isso leva-nos a redescobrir aspectos que são próprios do Cristianismo, mas aos quais não demos suficiente relevo. Por exemplo, o aspecto sapiencial, próprio da Bíblia. Há toda uma literatura sapiencial, próprio da pedagogia de Cristo e da sua mensagem, que oferece uma sabedoria própria de uma vida sensata, quer dizer com sentido, de uma qualidade de vida espiritual e corporal, uma sabedoria do corpo, que oferece paz ao coração, que oferece o dom da consolação, que oferece harmonia com o resto da criação. Outro aspecto, o aspecto emocional: sem cairmos no sentimentalismo, devemos interrogarmo-nos sobre a linguagem cerebral e fria de certas liturgias e porventura de certas catequeses e sobre um clima frio e rígido de certas celebrações. Neste sentido, estamos a assistir já no Cristianismo à descoberta do sentido do corpo, da festa e do calor humano da celebração.

Outro aspecto ainda é o aspecto terapêutico, sanante da fé e da oração. De facto, a fé e a oração têm um poder de cura, de cura interior, de cura espiritual, porque comunicam confiança, esperança, puri-

ficação do coração, da consciência, reconciliação, no refazer relações, aceitação de si mesmo tal e qual se é diante de Deus, o único que nos aceita em plenitude tal como somos e, ao mesmo tempo, nos dá uma grande tranquilidade. Mesmo com os grandes defeitos que temos, eu sei que Deus é o único que se volta sempre incondicionalmente para mim; os outros podem voltar-se mas sempre com reservas, Ele não. A fé comunica uma fortaleza interior que não deixa de ter reflexos no bem-estar psíquico e corporal. Não é por acaso que nós, já de longa data (não apenas agora com o novo Catecismo), chamamos ao sacramento da reconciliação e da santa unção dos enfermos, sacramentos da cura. Tudo isto ajuda as pessoas a sentirem-se bem, com a sua mente, com o seu corpo, com a integração da sua sexualidade, com a integração da sua personalidade, com a integração verdadeira e total.

3.3.4. Redescobrir a importância da experiência espiritual pessoal

Por volta de 1969, um grande Teólogo, Karl Rahner, escrevia um artigo sobre a espiritualidade do futuro, e já então dizia profeticamente o seguinte: *“A questão da espiritualidade amanhã (refere-se ao nosso hoje) é de importância decisiva, mais ainda, correctamente entendida essa é a questão absoluta, porque só na espiritualidade se dá a descoberta criativa e a configuração historicamente adequada da originalidade do Cristianismo”*. Quer isto dizer, o Cristianismo na sua essência é graça, é Deus que se comunica, que se ouve, o mistério do seu amor eterno e santo. É vida nova, regenerada em Cristo, é santidade de vida. Ora isto requer então hoje de nós, sermos capazes de dar uma nova atenção a esta dimensão de vida, de extrair o melhor da riqueza do património espiritual cristão, de fortes tradições de meditação e de espiritualidade, posta à disposição dos cristãos (e hoje na Internet encontra-se muito de meditação, de oração). Depois, há que estender essa espiritualidade aos grupos também. Por exemplo, veja-se a proposta da pequena via, do pequenino caminho da santidade de Santa Teresa de Lisieux ou então a proposta de Santo Inácio de Loyola, dos retiros espirituais em casa, sem ser preciso sair de casa para se retirar para um convento ou para um mosteiro. Basta ir uma hora e meia por semana à Igreja para receber meditação e reflexão e depois leva-se trabalho para casa, para se fazer os retiros espirituais em casa. Nós temos coisas belíssimas e preciosas da nossa tradição,

somos chamados como o escriba do Evangelho *“a tirar coisas novas dos tesouros antigos”*.

Uma urgência actual é disponibilizar o acompanhamento espiritual personalizado. Temos uma grande tradição na direcção espiritual. Qualquer empresa hoje faz questão de um atendimento personalizado e hoje 50% das pessoas que andam doentes é doença espiritual, é uma necessidade espiritual, precisam de ser ouvidas, precisam de ser orientadas. E esta direcção espiritual, na grande tradição da Igreja, não é próprio nem exclusivo dos padres, um leigo que tenha sabedoria divina vivida e devidamente provada pode exercer este ministério, tão importante, tão necessário.

3.3.5. Revalorizar a dimensão mística da fé

Charles Peguy, um convertido, no início do século passado, acusava os clérigos de serem culpados em grande parte da descristianização da sociedade e dizia porquê. *“Porque perderam o sentido do mistério, por causa do seu racionalismo, porque perderam a dimensão mística da fé e porque reduziram o Cristianismo a um moralismo barato”*. É a mesma situação que ainda estamos a viver hoje. Karl Rahner dizia também profeticamente: *“o cristão do futuro será místico ou não será cristão”*, quer dizer, a nossa fé tem de passar da mente, da cabeça ao coração. E encher-se com o gozo e o sabor da presença de Deus que vem do baptismo, do seu amor derramado nos nossos corações, que dá uma nova qualidade e capacidade ao nosso amor. Tomar consciência de que as grandes verdades da fé não são coisas meramente teóricas ou abstractas, são a expressão da relação de Deus connosco e, por isso, é preciso ajudar as pessoas a passar estas verdades da mente ao coração, para depois as saborearem experiencialmente na vida quotidiana. Trata-se da mística transformadora da vida, da história e do mundo.

3.3.6. Recuperar a simbólica e a estética da fé

Aqui não digo nada de meu, vou antes ler um pequenino texto do Cardeal Daneels: *“Devemos interrogar-nos se utilizamos suficientemente aquela porta que leva a Deus, a porta da Beleza. Deus, é verdade, santidade e perfeição moral, mas também é beleza. Pode-se encontrar Deus através da porta da verdade, porque o que é verdadeiro atrai o*

homem. Mas muitos dos nossos contemporâneos são como pequenos Pilatos que dizem, “o que é a verdade?”, e permanecem à porta sem entrar.

Deus, como perfeição moral e santidade atrai, de igual modo, o homem, mas muitos dizem: “A perfeição moral é bela, atrai, mas não estou à altura”. E ficam à porta marcados pelas suas fraquezas morais.

O belo desarma: é irresistível para os nossos contemporâneos. Jovens estudantes discutem e questionam durante todo um curso sobre questões de dogma (a verdade) e de moral (o bem). Mas eis as notas da Paixão segundo São Mateus de Bach: abaixam as armas e ficam em silêncio.

A Igreja (continua o Cardeal) tem tantas coisas belas, a dizer e a mostrar ao mundo: não só pelo seu património artístico, mas também por todos os Santos que brilharam pela sua beleza. Para citar só dois, Francisco de Assis com o seu cântico do Irmão Sol e S. João da Cruz com os seus poemas. Aqui há muito mais que uma estética. E para quem tem dúvidas permitam-me dizer que o belo tem tudo a ver com o verdadeiro, “pulchrum est splendor veri”, a beleza é o esplendor da verdade. O belo tem tudo a ver com o bem. O belo pode realizar a síntese do verdadeiro e do bem. Verdadeiro, belo, bom, eis três nomes de Deus e três vias de acesso a Ele. Mas o belo foi até agora muito pouco explorado em Teologia e na pedagogia religiosa. Não será o tempo de recomeçar?”

E agora pergunto eu: quem como o nosso Cristianismo, na versão Católica, tem um património rico de beleza para redescobrir e transmitir a beleza do rosto de Cristo, a beleza dos seus Santos, a começar por Maria, mãe de Jesus, a beleza da vida nova em Cristo, a beleza do mundo sacramental, com toda a riqueza simbólica, a beleza de obras de arte, em que tanto se exprime a beleza da fé?

3.3.7. Acolher a busca do sagrado e o sentido do mistério na religiosidade popular

Esta busca do sagrado a que assistimos hoje, quer sob a forma religiosa selvagem, quer sob a forma laica, é expressa no Cristianismo e captada no Cristianismo, pelos apelos e pelas manifestações da chamada religiosidade popular. Esta religiosidade popular é uma forma de pertença religiosa inseparável da cultura popular, pelo menos nas grandes ocorrências da vida pessoal e familiar em que está presente

ou desperta um sentido do mistério: nascimento, puberdade, matrimónio, sofrimento e morte. Estes actos religiosos ainda estão fortemente enraizados e muitas vezes desenvolvem-se independentemente da nossa estratégia pastoral, quer queiramos quer não.

Além disso, a ligação forte aos valores familiares continua a ser um dos grandes pontos de referência estáveis neste mundo tão fluido, nesta sociedade tão caótica. Ora, os ritos de passagem, celebrados na Igreja, concretamente na paróquia, têm, todos eles, um carácter familiar. Desempenham a função de integração, de identificação religiosa e de enraizamento num mundo por vezes desenraizado ou desestabilizado. Por isso, sob pena de os ver tratados e manipulados perigosamente por outros, é preciso prestar uma atenção cuidada aos apelos ainda perdurantes destes fenómenos da religiosidade popular. É preciso evangelizá-los segundo a metodologia: assumir, purificar e elevar.

Para terminar, perante esta nova paisagem cultural, religiosa e espiritual da Europa, encontramos-nos naquela situação de São Paulo que, em sonho, ouviu a voz do macedónio que lhe dizia: “*passa por aqui e ajuda-nos*”, quer dizer, perante um convite a atravessar o mar e a levar o Evangelho a novas terras, a novas paisagens culturais e sociais. Uma aventura bela a empreender sob a luz e o impulso do Espírito Santo e sob o ânimo da palavra do Papa para a Nova Evangelização: *Duc in altum*, faz-te ao mar, rema mar adentro por esta nova paisagem!

Uma nova situação, uma nova Catequese ¹

P. LUÍS OTERO (*)

É, para mim, uma honra poder partilhar convosco estas jornadas de reflexão sobre um tema tão importante como o presente e o futuro da catequese.

1. Visão global

É óbvio que vivemos numa situação profunda de mudança em todos os aspectos da vida. E toda esta realidade está fazendo emergir uma forma de ser e de viver, uma civilização, com novas e graves repercussões na concepção e vivência da fé, de tal maneira que podemos afirmar que estamos perante uma grave crise de transmissão da fé.

A situação actual é vista por muitos analistas como «crise religiosa», «crise do cristianismo», «eclipse» «silêncio ou morte de Deus», «vazio ético», «inverno da Igreja», «mau estar religioso da nossa cultura».

Vejam como alguns autores descrevem esta situação O Papa Paulo VI, define-a de forma clara: «*a ruptura entre o Evangelho e cultura é, sem dúvida, o drama do nosso tempo*» (EN 20). O teólogo Juan Martin Velasco faz esta descrição: "*O cristianismo actual vive mergulhado numa crise radical principalmente porque a sociedade se afastou de uma influência mais ou menos oficial do cristianismo ou, pelo menos, das Igrejas, dando-se um prático desaparecimento do cristianismo da esfera pública; de uma frequência do culto por muitos sectores da sociedade a uma frequência por um número reduzido, e cada vez menos significativo, da população; porque o afastamento da prática religiosa*

¹ Por ser uma intervenção longa, omite-se aqui uma parte introdutória, que fazia uma análise da cultura actual, análise essa desenvolvida no artigo anterior.

* Vigário da Educação e Catequese no Arcebispado de Santiago de Compostela. Conferência proferida nas Jornadas Nacionais de Catequistas, em Fátima, a 15 de Novembro de 2003.

parece estar a conduzir grupos cada vez mais numerosos a aumentar as percentagens dos indiferentes e agnósticos, e porque, finalmente, todos estes processos estão a provocar, em muitos países, o desaparecimento da religião da esfera social e a generalização de um clima de indiferença em relação ao religioso e a tudo o que é cristão”².

O Papa João Paulo II faz esta descrição do cristianismo europeu: «Muitos europeus contemporâneos pensam que sabem o que é o cristianismo, mas realmente não o conhecem. Frequentemente ignoram os próprios rudimentos da fé. Muitos baptizados vivem como se Cristo não existisse: repetem-se os gestos e sinais da fé, sobretudo, por ocasião das práticas do culto, mas sem a correlativa e efectiva aceitação do conteúdo da fé e adesão à pessoa de Jesus. Em muita gente, as grandes certezas da fé foram substituídas por um sentimento religioso vago e pouco empenhativo; difundem-se várias formas de agnosticismo e ateísmo prático, que concorrem para agravar a divergência entre a fé e a vida; muitos há que se deixaram contagiar pelo espírito de um humanismo imanentista que enfraqueceu a sua fé, levando-os com frequência, infelizmente, a abandoná-la completamente; assiste-se a uma espécie de interpretação secularista da fé cristã, que a corrói, suscitando uma profunda crise da consciência e da prática moral cristã. Os grandes valores, que inspiraram amplamente a cultura europeia, foram separados do Evangelho, perdendo assim a sua alma mais profunda e dando lugar a vários desvios. (...)Frequentemente este desafio não consiste tanto em baptizar os novos convertidos, mas em levar os baptizados a converterem-se a Cristo e ao seu Evangelho»³.

2. Resposta pastoral e catequética

O modelo pastoral e catequético de resposta a toda esta situação é-nos oferecido por Jesus através das suas palavras e atitudes.

2.1. O modelo pastoral de Jesus

Jesus apresenta-o quando se despede dos seus discípulos e lhes entrega a missão que têm que realizar.

² J. M. VELASCO – *Ser cristiano en una cultura posmoderna*. Madrid, Ed. PPC, 1996, p.12.

³ JOÃO PAULO II – *Ecclesia in Europa*. Lisboa: Paulistas, 2003, 47.

Vemo-lo nos textos de Mateus e Marcos: *"Ide, pois, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-as a cumprir tudo quanto vos tenho mandado. E eu estarei convosco até ao fim do mundo"* (Mc 16,15-16; Mt 28, 19-20).

Aqui encontramos as grandes linhas de actuação que se convertem em exigências pastorais para uma Igreja que pretende renovar a sua acção catequética. Analisemos cada uma delas.

2.1.1. Ide

Significa "caminhai", "saí". Mas podemos interpretá-lo em duplo sentido:

- Abertura geográfica. Os apóstolos tomam consciência de que a sua missão não se orienta unicamente à cidade de Jerusalém nem só ao povo judeu. De facto, a sua acção missionária estende-se a todos os povos e países. Têm claro o mandato do Senhor: *"Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, Judeia e Samaria até aos confins da terra"* (Act 1,8).
- Abertura de mentalidade. Talvez esta abertura seja mais difícil para os apóstolos. Realizar a missão de Jesus, exigiu-lhes modificar os seus esquemas e concepções pastorais e muitas vezes foram ocasião de problemas e discussões: questão de circuncisão, dos animais sacrificados, da aceitação dos pagãos...

Na Igreja de hoje, os dois sentidos continuam a ser necessários. Onde a Igreja necessita de abrir as suas fronteiras para que o Evangelho chegue a todos os povos, não é menos urgente a necessidade de uma renovação interior.

Na Igreja de hoje, há cada vez mais consciência da necessidade de uma profunda renovação pastoral. Nos países de tradição cristã, foi-se generalizando a experiência da negação da fé ou o enfraquecimento da mesma diante das mudanças sociais e culturais. Podemos dizer que, sociologicamente, são muitos os que se consideram católicos. Mas esta afirmação tem como base a baixa notável dos indicadores do que é ser católico. Toda esta situação obrigou a Igreja a passar de uma pastoral de cristandade a uma pastoral de missão e esta tarefa foi formulada em chave de evangelização.

A situação que vivemos actualmente, com todas as mudanças e crises, é de grande profundidade pois afecta as raízes mais profundas das estruturas da fé. Hoje, não está em jogo um ou outro aspecto mais ou menos importante da pastoral da Igreja, mas a crise actual atinge o mais profundo do acontecimento cristão. A pergunta radical é se “vale a pena” ser crente hoje, se “tem sentido” ser crente no mundo moderno e progressista.

Assim, a resposta pastoral não pode ser parcial, a solução não acontece com umas mudanças por mais importantes que sejam. A realidade reclama uma acção conjunta e profunda de toda a Igreja. É toda a Igreja que tem de se colocar numa atitude profunda de escuta dos “novos sinais dos tempos” e com humilde obediência à voz do Espírito. Estes seriam os dois pontos de apoio para iniciar, com segurança e confiança, o trabalho de renovação profunda e poder responder à sua antiga e sempre nova responsabilidade: anunciar a todas as gentes o Evangelho da salvação.

Será necessário que a Igreja avive esta consciência de renovação, até onde for necessário, para poder “inserir-se” no meio do mundo e ser luz e fermento de salvação. Só uma Igreja renovada, livre, pobre, dialogante, será capaz de apresentar-se ao mundo de hoje como credível e portadora de uma mensagem de salvação.

2.1.2. Pregai o Evangelho

É este outro dos grandes temas que se colocam na pastoral e na catequese. A Igreja sabe que tem como tarefa fundamental o anúncio da Boa Nova do Evangelho. Fá-lo com a consciência de que assim ajuda o homem e o mundo a encontrar o autêntico caminho da vida. Mas reflectindo um pouco poderíamos fazer uma constatação e uma exigência.

- A constatação leva-nos a descobrir que nem sempre a Igreja apresentou a sua mensagem com essa vertente de Boa Notícia. Ao longo da história, destacam-se alguns aspectos em que estavam mais presentes as dimensões negativas. Seguramente em muitos crentes e não crentes, há a sensação de que a mensagem da Igreja não favorece o sentido de felicidade, gozo e plenitude. Vêem que nela se apresenta mais o negativo, o proibido, que o positivo e libertador.

- A exigência coloca a necessidade de se apresentar a mensagem evangélica como luz e resposta em plenitude a todas as inquietações e interrogações do homem de hoje. Tudo isto coloca sérias questões à catequese. Se ela tem como finalidade transmitir a mensagem evangélica, tem de perguntar-se com toda a sinceridade quais as características dessa mensagem. O Evangelho é sempre “salvação”, “felicidade”, “plenitude” para o homem. A catequese tem de beber constantemente no depósito da fé para encontrar aquela palavra que pode iluminar toda a problemática do homem de hoje.

Para responder a esta exigência é necessário:

- Aprofundar o estudo dessa mensagem, para poder apresentá-la de forma compreensível para o homem da cultura actual. Aprofundar para saber discernir nela o que pode ser substância viva e perene e o que é produto de uma circunstancial etapa histórica. Se não é assim, corre-se o perigo de que essa mensagem fique antiquada e desfasada.
- Procurar traduzir essa mensagem numa linguagem compreensível, utilizando as expressões que, sem desvirtuar a mensagem, podem torná-la mais próxima e inteligível.

Num mundo como o de hoje, tão cheio de mensagens provenientes de tantos mestres ou profetas da actualidade e do futuro, é necessário que a Igreja apresente, através da catequese, a mensagem clara e sempre nova do Evangelho de Jesus. Uma mensagem que poderá depois ser aceite ou recusada mas que é compreendida em toda a integridade.

2.1.3. O que acreditar, seja baptizado em nome do Pai do Filho e do Espírito Santo

A pregação do Evangelho é para a fé.

2.1.3.1. Importância da catequese

Diante desta situação, há que afirmar com toda a clareza que, na pastoral da evangelização, a prioridade pertence à catequese. Pouco se poderá fazer na nova pastoral da Igreja se não se concede à catequese a prioridade. Nos grandes momentos de crise de fé, é a

catequese que tem que assumir a sua grande responsabilidade de educar na fé. Foi assim ao longo da história da Igreja. As melhores épocas coincidem com grandes educadores e com grandes acções educativas. Por isso, há hoje muitos pastoralistas que afirmam que o futuro da Igreja está numa boa catequese. É lógico que assim seja pois a catequese tem como finalidade lançar os fundamentos da fé.

Alguém disse que, sem uma boa catequese, se corre o risco, na pastoral, de actuar como quem passa o tempo a regar um campo onde não se lançou a semente. Semear essa semente e fazer com que cresça e dê frutos é tarefa da catequese.

2.1.3.2. Catequese para a iniciação cristã

Se partimos do princípio de que o grande problema pastoral de hoje é a crise de fé, a perda da identidade cristã, então temos que afirmar que o grande problema da pastoral da Igreja hoje é situar a catequese num quadro de iniciação cristã. Essa é a sua tarefa e característica mais específica.

A palavra iniciação significa “introduzir-se”, “entrar dentro”. Iniciar é uma dimensão fundamental da existência humana. Assim, somos iniciados na cultura, no cinema, na música, na leitura. Este conceito também se usa no mundo religioso como a função de descobrir ou ensinar ao que não sabe, os mistérios e ritos da religião.

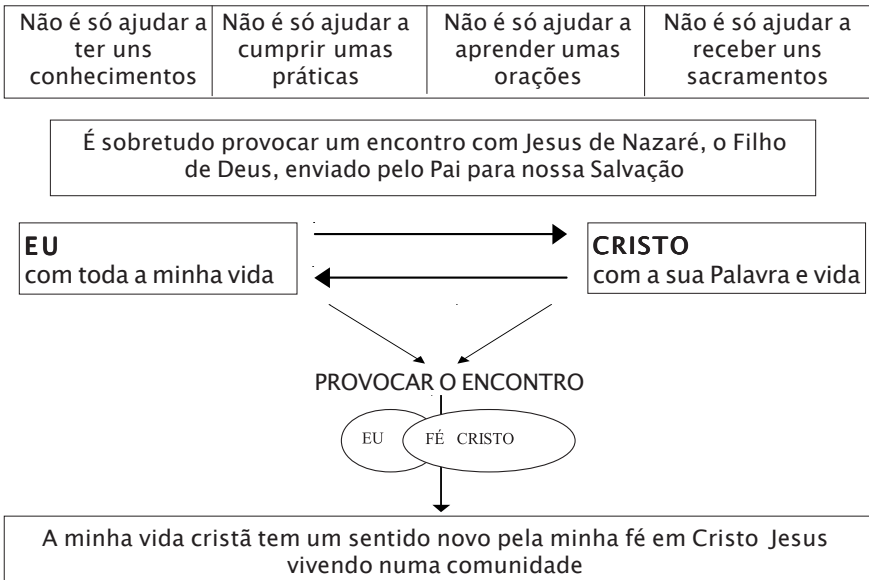
A fé cristã também requer uma iniciação. A fé não se herda, é-se iniciado nela.

Na igreja primitiva, a catequese tinha claramente esta característica de iniciação. Quando um homem ou mulher, atraído pelo nome de Jesus, queria fazer-se cristão, punha-se em contacto com o grupo dos que “seguiram o caminho de Jesus”. Assim começava a sua iniciação cristã. Ao longo da história, esta dimensão foi-se perdendo e a catequese intelectualizou-se. Hoje, a Igreja tenta recuperar para a catequese a prática da iniciação, tal como fazia na Igreja primitiva. O novo *Directório da Catequese*, recuperando essa tradição, põe a catequese ao serviço da iniciação.

Por isso, é necessário apresentar claramente qual é a finalidade da catequese de iniciação cristã.

2.1.3.3. Finalidade da catequese: a identidade cristã

A CATEQUESE



Perante esta situação, a catequese corre o risco, e creio eu que é a realidade, de responder também com objectivos reduzidos e parciais. Assim, temos catequese excessivamente centrada no doutrinal, na liturgia, oração ou no compromisso social. Este é um erro que a catequese está a pagar, sem dúvida, muito caro, pois está a conduzir a diferentes modelos de catequese que se apresentam, cada um, como o autêntico, criam confusão nos destinatários e produzem conflitos entre os diversos agentes pastorais.

O Directório da Catequese começa assinalando claramente que o *“A finalidade última da catequese é pôr as pessoas não apenas em contacto, mas em comunhão, em intimidade com Jesus Cristo”* (DGC 80; cf. CT 5). Se a vida cristã consiste em seguir a Cristo, é fundamental que a catequese ponha em contacto com esse Cristo e convide a segui-Lo. É importante destacar a relevância da palavra *comunhão*. O fim da catequese e o seu carácter cristocêntrico não se realiza apenas procurando que o catequizando chegue a um conhecimento de Cristo, da sua mensagem. É algo mais profundo. É adesão do coração, uma entrega total; é fazer desse Cristo o único centro da vida. Por isso, é

necessário recordar as palavras com que “Catechesi Traedendae” formulava a finalidade da catequese ao dizer que “a fase de ensino e de ajuda à maturação do cristão que, depois de ter aceitado pela fé a Pessoa de Jesus Cristo como único Senhor e após ter-Lhe dado uma adesão global, por uma sincera conversão do coração, se esforça por melhor conhecer o mesmo Jesus Cristo, ao qual se entregou»(CT 20). Esta comunhão com Cristo é explicitada em várias dimensões, “com Deus, seu Pai que o enviou ao mundo e com o Espírito Santo, que o impulsiona à sua missão, com a Igreja seu Corpo, pela qual se entregou, com os homens seus irmãos, cuja morte quis partilhar” (CT 81).

2.1.3.4. Tarefas da catequese

As tarefas são os objectivos específicos com os quais se concretiza a finalidade. Estas tarefas formulam-se de diferentes modos. Apresentamos dois textos fundamentais: «A formação catequética que ilumina e fortalece a fé, alimenta a vida segundo o Espírito de Cristo, conduz a uma participação consciente e activa no mistério litúrgico e impulsiona à acção apostólica”(GE 4). E “esta iniciação no seguimento de Cristo implica aderir a uma pessoa, descobrir em profundidade a sua mensagem, adoptar o seu estilo de vida, celebrar a sua presença nos sacramentos, reunir-se em seu nome numa comunidade de discípulos, preparar-se para participar no envio missionário e esperar a sua vinda gloriosa” .

Analisemos sumariamente o conteúdo das tarefas que apresenta o DGC (nn. 85–86):

JESUS	OBJECTIVOS CATEQUÉTICOS	ESTILO DE CATEQUISTA
Jesus dava-lhes a conhecer os mistérios do Reino: “A vós foi dado conhecer os mistérios do Reino”(Mt 13,11)	Descobrir em profundidade a sua mensagem (DGC 85);Assimilar uma síntese de fé básica no final de cada etapa do processo catequético.	Requer um catequista “mestre” para uma catequese que leve à “confissão de fé”.
Jesus educava-os nas atitudes evangélicas: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 13,34)	Adoptar um estilo de vida (DGC 85); Integrar na própria vida os valores evangélicos fundamentais.	Requer um catequista “testemunha” para uma catequese que “transforme a vida”.

JESUS	OBJECTIVOS CATEQUÉTICOS	ESTILO DE CATEQUISTA
Jesus ensinava-os a orar: «Ele disse: quando orardes dizei: Pai...» (Lc11,21)	Celebrar a sua presença nos sacramentos (DGC 85);Assumir uma prática de oração e de participação na Eucaristia.	Requer um catequista “orante”, para uma catequese em “clima de oração”.
Jesus reunia-os em comunidade:”Instituiu doze, para que estivessem com Ele” (Mc3,13)	Reunir-se em seu nome numa comunidade (DGC 86).	Requer um catequista “animador”, para uma “catequese da comunidade”.
Jesus iniciava – os na missão: «Designou o Senhor a outros setenta e dois e os enviou dois a dois» (Lc10,1)	Participar no seu envio missionário (DGC 86)Testemunhar o Evangelho no meio do mundo.	Requer um catequista “militante”, para uma catequese comprometida na “construção do Reino”.

1. Descobrir em profundidade a sua mensagem: supõe acolher dúvidas e perguntas do catequizando sobre a fé: conhecer o desígnio do Pai que Cristo nos revelou; conhecer os conteúdos da fé para chegar a uma síntese de fé; conhecer a Escritura e a Tradição e aprofundar os motivos para crer e saber dar razão da fé.

2. Adoptar o seu estilo de vida: supõe realizar uma ruptura e renúncia com os modelos de conduta incompatíveis com a fé; fazer livremente uma opção por Jesus e pelos valores que Ele viveu e proclamou; perceber a moral cristã, não como um código de leis, mas como uma vocação para seguir Cristo; descobrir a vida cristã como tempo de luta e esforço que temos que viver apoiados na força do Espírito; explicar o Sermão da Montanha como síntese da moral cristã.

3. Celebrar a Sua presença nos sacramentos: supõe celebrar a presença salvífica de Cristo nos sacramentos; proporcionar o conhecimento do significado da liturgia e dos sacramentos; levar a uma participação plena, consciente e activa na liturgia; descobrir o sentido dos diferentes tempos litúrgicos e das festas cristãs; supõe assumir o carácter orante e contemplativo que teve Jesus; ajudar a

perceber as maravilhas de Deus na vida; pedir a força de Deus para superar os aspectos mais exigentes do Evangelho; aprofundar o conteúdo do Pai Nosso como modelo de toda a oração.

4. Reunir-se em nome da comunidade: supõe suscitar as atitudes próprias de uma vida comunitária e que Jesus ensinou: simplicidade, solicitude pelos outros, acolhimento, perdão, amor mútuo..., descobrir a necessidade da comunidade para poder viver a fé e as exigências do seguimento de Jesus; cuidar a dimensão ecuménica; proporcionar um adequado conhecimento das outras confissões; suscitar e alimentar o verdadeiro desejo de unidade.

5. Participar no seu envio missionário: supõe capacitar as pessoas para estarem presentes, enquanto cristãos, na sociedade, na vida profissional, cultural e social; cooperar nos diferentes serviços eclesiais, segundo a vocação de cada um; suscitar vocações sacerdotais e de especial consagração; preparar para o diálogo inter-religioso; saber dar razão da fé pela palavra e testemunho de vida no meio dos homens.

6. O DGC termina este capítulo com interessantes considerações sobre estas tarefas. Assim, assinala que todas são necessárias, e que cada uma, a seu modo, realiza a finalidade da catequese; que todas têm de apoiar-se na transmissão da mensagem cristã e na experiência da vida cristã e que cada tarefa tem de ser desenvolvida tanto no seu aspecto de dom como de compromisso.

É importante que a nossa pastoral catequética aprofunde estas tarefas nas suas recíprocas implicações. Não é raro encontrar experiências de catequese, e até materiais, em que algumas destas tarefas estão ausentes ou em que se produz um grande desequilíbrio entre elas. Assim, temos catequese puramente conceptual, litúrgica ou de carácter social. Por isso, o DGC nos recorda: interessa que a catequese conserve esta riqueza de diversos aspectos desde que um dos aspectos não se separe dos demais, em detrimento dos mesmos (cf.DGC 31).

2.1.3.5. Pedagogia da catequese

O DGC apresenta um esquema de pedagogia em que Deus é o ponto de partida e o homem, com toda a sua vida, ponto de chegada.

1. Pedagogia de Deus

Para o *Directório*, a pedagogia catequética tem a sua origem no actuar de Deus que, ao longo da história, utilizou uma pedagogia original e eficaz. Ele quer a salvação do homem, aproxima-se dele, acompanha, cuida, liberta e, pouco a pouco, fá-lo crescer até alcançar a maturidade. Estes são, sem dúvida, traços do actuar de Deus e que se tornam critério fundamental para a acção catequética, pois “Ao longo de toda a história sagrada, sobretudo no Evangelho, o próprio Deus serviu-se de uma pedagogia que deve continuar a ser modelo para a pedagogia da fé” (CT 58).

Da pedagogia divina, temos que assumir um dado fundamental: a catequese tem que oferecer a salvação de Deus como um dom; a pedagogia da fé tem de estar impregnada de gratuidade. A fé, antes de ser o resultado da busca do homem, é oferta gratuita que Deus faz a todos, independentemente de ser ou não aceite. Por isso, o catequista deverá favorecer a escuta de Deus, o silêncio interior, o acolhimento dos seus dons, a acção de graças (cf. CC 107-111; CA 256-257)⁴.

2. Pedagogia de Cristo

O terceiro elemento da pedagogia apresentado pelo *Directório* é a pedagogia da Igreja. Se Deus oferece a sua salvação como um dom, Cristo aparece como o dom supremo e o centro da salvação. Deus não só oferece ao homem a fé, como se oferece a Si mesmo, em Cristo. Com a sua acção, Jesus oferece-nos imensas características dessa pedagogia. O *Directório* refere cinco características, todas elas muito próximas da vida concreta dos homens (cf. DGC 140). Desta forma, a pedagogia de Cristo revela-se como a pedagogia da encarnação em que Deus se revela, entrando na história dos homens. Deus oferece uma salvação não a partir do céu, mas encarnando-se na vida dos homens através de Cristo. Esta dinâmica divina obriga o catequista a prestar atenção à vida dos seus catequizandos, a relacionar-se com as suas experiências, respeitar o seu ritmo pessoal de fé e adaptar-se à sua linguagem.

3. Pedagogia da Igreja

O terceiro elemento da pedagogia apresentado pelo *Directório* é a pedagogia da Igreja. Deus, ao oferecer a sua salvação ao homem, fá-lo

⁴ Estas siglas referem-se a documentos da Conferência Episcopal Espanhola intitulados respectivamente: Catequese da Comunidade e Catequese de Adultos.

através de sinais. Esta é a característica da Igreja: ser sinal e sacramento de salvação de Deus. Cristo, ao voltar ao Pai, deixa na terra um sinal de salvação: a vida da Igreja. Ela é a que, através de múltiplos meios, procura fazer chegar essa salvação de Deus. A Igreja, e o catequista em seu nome, procura com a sua pedagogia que o catequizando perceba os sinais de Deus na história e na sua vida, pois *“por aquilo que é, anuncia e celebra, realiza e permanece sempre como o lugar vital indispensável e primário da catequese”*(DGC 141).

4. Pedagogia do Espírito

Todo este processo pedagógico realiza-se pela acção do Espírito pois a catequese, que é crescimento na fé e maturação da vida cristã até à plenitude é, por conseguinte, uma obra do Espírito Santo, obra que só Ele pode suscitar e alimentar (cf. CT 72). Portanto, segundo o DGC, *“a catequese, sendo comunicação da Revelação divina, inspira-se radicalmente na pedagogia de Deus tal como ela se manifesta em Cristo e na Igreja, acolhe os seus parâmetros constitutivos e, guiada pelo Espírito Santo, faz uma sábia síntese da mesma, favorecendo assim uma verdadeira experiência de fé, um encontro filial com Deus”* (143).

A pedagogia catequética, cimentada nestes princípios, assume, segundo o DGC, as exigências de se pôr ao serviço do diálogo entre Deus e o homem; de colocar Cristo como o centro de um Evangelho que se oferece para a vida das pessoas; de ter em conta a experiência comunitária da fé e realizá-la através de sinais. Em resumo, toda a pedagogia da fé se orienta para o seguimento do Cristo do Evangelho, no Espírito para o Pai, com vista a alcançar a maturidade na fé, segundo a medida do dom de Cristo e as possibilidades e necessidades de cada um. Isto convida-nos a superar as excessivas preocupações metodológicas e a pôr o acento no que é central e básico: a acção do Espírito e a liberdade do homem. Por isso, a pedagogia da fé *“não pode deixar-se influenciar por considerações ideológicas ou por interesses puramente humanos; não confunde o agir salvífico de Deus, que é pura graça, com o agir pedagógico humano, e tão pouco os contrapõe e separa”* (DGC 144).

Por isso, o DGC apoia-se em dois princípios: a fidelidade a Deus e à pessoa. São dois princípios que hão-de estar presentes de forma equilibrada. Este equilíbrio vem proposto pelo Directório do seguinte modo: *“Será genuína aquela catequese que ajudar a perceber a acção de Deus ao longo do caminho formativo, favorecendo um clima de escuta, de acção de graças e de oração e ao mesmo tempo, suscitando*

na pessoa uma resposta livre, promovendo a participação activa dos catequizandos” (145). O próprio DGC oferece-nos um critério para julgar as nossas opções pedagógicas quando afirma que “as indicações pedagógicas adequadas para a catequese são aquelas que permitem comunicar na sua totalidade a Palavra de Deus no coração da existência das pessoas” (146).

2.1.4. A todos

O anúncio do evangelho e o realizar a iniciação cristã, está destinada a todas as pessoas e grupos.

Actualmente, no processo de iniciação cristã, deveríamos potenciar várias acções e grupos de destinatários.

2.1.4.1. Promover autênticas comunidades cristãs

A catequese é obra da Igreja. O verdadeiro sujeito da catequese é a comunidade cristã. Ela, antes que qualquer dos seus membros, é a que realiza a catequese. A acção catequizadora não pode realizar-se senão no seio de quem é depositária do Evangelho: a Igreja. É assim que a Igreja realiza a função de *mãe e educadora*.

A Igreja é quem envia o catequista a realizar a sua missão educadora (cf. EN 15). Catequizar é um acto profundamente eclesial (cf. EN 60). O catequista actua em nome da Igreja e comunica a fé que a Igreja crê, celebra e vive.

O catequista necessita, para a sua missão, do apoio da comunidade, já que “a catequese deve apoiar-se no testemunho da comunidade eclesial. Pois o catequista fala com mais eficácia daquilo que realmente existe na vida, inclusive, externa da comunidade” (EN 76).

Uma comunidade unida no amor fraterno e comprometida no serviço de todos é uma condição fundamental de credibilidade da mensagem cristã oferecida pela catequese.

Este apoio da comunidade há-de manifestar-se em múltiplos aspectos: apoio à tarefa realizada, oferta de acções de formação, no proporcionar de meios adequados... Em definitivo, os catequistas precisam de se sentir apoiados pela amizade, colaboração e oração de toda a comunidade.

Muitas das carências que hoje se observam nas nossas catequese são fruto da ausência de autênticas comunidades cristãs.

Sem comunidades cristãs renovadas e com perfil missionário, não poderá frutificar uma catequese com garantias de poder oferecer à humanidade a mensagem do Evangelho.

2.1.4.2. Impulsionar a acção missionária

Na década de 70, a Igreja detectou um problema missionário.

Anteriormente a acção missionária era uma acção da Igreja para os países onde não tinha sido anunciado o Evangelho. Contudo, diante do fenómeno da secularização e da descristianização, constata-se que também é necessário fazer um primeiro anúncio do Evangelho a muitos dos que estão presentes nas nossas comunidades cristãs. Afirma-se com convicção que as nossas comunidades também são “países de missão”. A partir daí, o pedido de uma acção missionária tem sido constante na reflexão e prática catequéticas.

O anúncio missionário é o primeiro anúncio do evangelho de Jesus aos descrentes e afastados da fé, com o fim de suscitar a adesão global a Jesus e ao seu evangelho. Começa pelo impacto no coração motivado pelo testemunho ou palavras de uma pessoa crente ou de uma comunidade cristã.

A catequese não pode supor a fé. Há que procurar suscitá-la continuamente com a ajuda da graça, abrir o coração, converter, preparar uma adesão global a Jesus Cristo naqueles que estão no limiar da fé. Esta exigência sente-se, hoje, nas situações de descristianização frequentes em nossos dias, para grande número de pessoas que receberam o baptismo, mas vivem totalmente à margem da fé.

Como possíveis acções missionárias realistas e acessíveis, podemos assinalar dois tipos de canais:

1. Canais normais. Poderiam ser, entre outros, os seguintes:

a) Uma boa pregação

É certo que muita gente que frequenta os nossos templos vem por costume e rotina. Mas também há quem venha para procurar algo para a sua vida de fé. É importante e necessário despertar nessa gente muitos sentimentos e atitudes religiosas que estão, talvez, adormecidos. Se se sabe relacionar com as suas vidas, com os seus problemas e inquietações; se se sabe apresentar uma mensagem cristã positiva, clara e coerente; se conseguimos que percebam de uma forma nova as exigências da fé, sem dúvida

que encontraremos gente que, inquieta pela nossa pregação, procura um espaço onde possa confrontar todas as dúvidas que sente, em matéria de fé, e encontra resposta ao que, muitas vezes inconscientemente, procura.

Neste aspecto da pregação, podemos incluir, com mais ou menos força, meios como a homília, novenas importantes, reflexões ou conferências quaresmais, algumas missões populares, cursos de cristandade, etc... Pode ser esse impacto que muita gente necessita como abanão na sua fé.

b) Os contactos pessoais

Trata-se do convite pessoal feito pelo sacerdote ou, muito melhor, por leigos convictos da sua fé. É, sem dúvida, o meio mais eficaz.

A vida, apesar do seu cansaço ou no meio desse mesmo cansaço, oferece aos crentes muitas ocasiões para dialogar sobre os seus problemas, sobre as preocupações e aspirações dos homens, sobre os seus critérios e atitudes a respeito do religioso, etc... Se se sabem aproveitar bem, podem ser meio de resposta para muita gente que se sente inquieta, que procura mas que, muitas vezes, está longe da fé e não procura a Igreja por razões várias.

Este diálogo e convite pessoal há-de estar logicamente apoiado num bom testemunho de vida. Há-de ser, sobretudo, uma vida em profundidade na fé, para que desinstale e motive esses afastados a entenderem que vale a pena integrar-se num grupo catecumenal para encher a vida duma perspectiva cristã.

Nestes contactos pessoais podem aproveitar-se os diálogos dos locais de trabalho, diversões ou tempo livre, nos momentos em que as pessoas se aproximam da paróquia a solicitar um serviço litúrgico, de catequese, de apoio social, de carácter administrativo etc... Também há que pensar em pessoas que estão a prestar serviço na paróquia ou cristãos que conhecemos e a quem devíamos fazer um convite pessoal.

c) Encontros ou reuniões

Muitas vezes, na paróquia, há alguns encontros ou reuniões com diferentes tipos de pessoas e em ocasiões diversas. Podemos pensar em encontros com pais que pedem o Baptismo para seus filhos, pais de crianças da primeira comunhão, pais

de crismandos, noivos que solicitam o matrimónio cristão, reuniões de pais das crianças da catequese, reuniões de associações, confrarias etc....

É necessário ultrapassar a atitude de “administrativa” e tomar a sério esses encontros. Para isso, seria conveniente integrá-los numa catequese missionária que, a partir das motivações das pessoas, esclareça dúvidas e, sobretudo, responda à inquietação por uma procura mais séria e serena do caminho da fé.

Este tipo de encontros ou reuniões ocupam, algumas vezes, muito tempo, mas damos-lhe pouca importância porque não acreditamos na sua eficácia. Creio que, se fossem bem organizados, poderiam ter melhor resultado. De facto, para muitos, pode ser um momento propício para repensar a seriedade da sua vida cristã.

Seria necessário, para isso, ter muito tacto pastoral para acolher, escutar e dialogar... Também seria bom que, nestes encontros e reuniões, participassem cristãos amadurecidos na fé e partilhassem a sua experiência sobre o caminho percorrido para viver autenticamente a sua fé.

Todos estes ou outros encontros não são uma panaceia absoluta. O importante é o empenhamento pastoral com que se realizam.

2. Canais estruturados

Ao lado destes canais mais espontâneos, há que pensar noutros, mais estruturados. É certo que, depois da acção missionária, virá a acção catequética, mas muitas vezes esta catequese tem que ter um cariz missionário(cf. CT 19).

Trata-se, portanto, não de uma catequese propriamente dita, mas de preparar a pessoa para uma boa catequese.

É uma acção que está entre a acção missionária e a catequese. Também se chama *pré-catequese* ou *catequese do primeiro grau*.

Tem uma duração, relativamente, curta. Realiza-se com uma metodologia mais simples. É de carácter, marcadamente, antropológico e tem por fim sensibilizar para o evangelho e a fé.

Pretende:

- Provocar no Homem a entrada dentro de si mesmo, a capacidade de ir ao fundo do seu ser.

- Criar sentido de admiração e surpresa, de busca e interrogação diante do que se vê e toca, cada dia.
- Dissipar juízos e condicionamentos que impedem o abrir-se à Mensagem, ouvi-la, desejá-la, acolhê-la e partilhá-la.
- Realizar um anúncio gozoso e alegre, positivo e entusiasta, esperançoso e interpelante da Mensagem. Uma Mensagem com um significado para a vida, uma proposta de salvação e plenitude insuspeita e nova que preenche as maiores aspirações. Uma Mensagem que move e provoca toda a intimidade do homem e exige resposta.

2.1.4.3. Elaborar processos de iniciação cristã

A fé é algo que se vai desenvolvendo pouco a pouco. A fé nasce, cresce e vai amadurecendo lentamente. Neste processo, vai passando por diferentes etapas. Através delas, a pessoa vai sofrendo uma mudança interior, como resultado da sua resposta ao chamamento e acção de Deus. Este processo gradual tem de estar presente em toda o tipo de catequese. Este espírito é que dá verdadeira profundidade ao processo catequético. Muitas vezes, na catequese, o único que se pede é uma simples assistência ou a aprendizagem de umas noções sem que se tenha alcançado essa conversão interior para a maturidade da fé. E sem isso a catequese corre o risco de ficar em algo externo e superficial.

No novo projecto da iniciação cristã, haveria que ter em conta as diversas situações dos catequizandos. Assim teríamos:

1. Despertar religioso

As crianças, jovens e adultos mudaram muito. Hoje vivem imersos numa nova cultura, envoltos na ignorância religiosa ou em profunda indiferença. Não podemos responder com catequese de outros tempos. Muitos dos que chegam à nossa catequese chegam sem fé ou com ela muito afectada. Às vezes, nem sequer têm os preliminares da fé.

Esta situação concretiza-se:

- Nas crianças: *“Certas crianças baptizadas na primeira infância chegam à catequese paroquial sem terem recebido qualquer outra iniciação na f, e sem terem ainda adesão alguma explícita e pessoal a Jesus Cristo; têm somente a capacidade para*

acreditar que lhes foi conferida pelo Baptismo e pela presença do Espírito Santo” (CT 19).

- Nos adolescentes: *“Muitos pré-adolescentes e adolescentes, que foram batizados e receberam uma catequese sistemática e os Sacramentos, permanecem ainda por longo tempo hesitantes em comprometer toda a sua vida com Jesus Cristo, quando acontece mesmo que procuram esquivar-se a uma formação religiosa em nome da liberdade” (CT 19).*
- Nos adultos: *“Adultos... que na sua infância receberam uma catequese correspondente a tal idade, mas que em seguida se afastaram de toda a prática religiosa e se encontram na idade adulta com conhecimentos religiosos prevalentemente infantis” (CT 44).*

2. Organizar processos catequéticos de infância e juventude

A *iniciação* (catecumenado pos-baptismal) seria destinada às crianças que são integradas nos primeiros meses da sua vida no mistério de Cristo e da Igreja pelo Baptismo e que continuam, depois, um processo catequético. No interior desse processo, celebram-se os outros dois sacramentos de iniciação: a Confirmação e a Eucaristia. A meta de todo este processo é a confissão e a plena integração do batizado na comunidade cristã e na missão da Igreja.

3. Organizar processos catequéticos de adultos

No âmbito destes processos, dever-se-ia destacar a urgência da prioridade de atenção aos adultos. Muitos cristãos adultos, às vezes com um passado de formação e prática religiosa, mas imaturos na sua fé, experimentam a confusão originada pelas profundas mudanças sociais e culturais dos últimos tempos. Enquanto uns aproveitam para aprofundar e renovar a sua vida de fé, outros, sensivelmente mais numerosos, vivem mantendo debilmente as recordações do passado, levando a atitudes de abandono e indiferença religiosa.

Há também, entre nós, um número crescente de homens e mulheres que colocam, com sinceridade, questões fundamentais na sua vida e fazem tentativas no seu esforço por descobrir a fé, mas muitas vezes precisam de encontrar alguém a quem se dirigir na procura de ajuda e

apoio, que com simplicidade escute as suas perguntas, acolha as suas inquietações e os oriente no seu caminho para a fé.

A catequese de adultos continua a ser a grande ausente das nossas paróquias. A sua urgência é exigida por várias razões: eles são os que sofreram mais o impacto da mudança sociocultural e, portanto, a crise de fé; eles são os que têm em suas mãos a educação das futuras gerações; eles são os que estão a dirigir toda a actividade política nos campos da economia e cultura; são os que tiveram de assumir as grandes responsabilidades de participação nas actividades da Igreja.

E, para que tudo isto se possa realizar com sentido positivo, é necessário um projecto sério de catequese de adultos. Neste campo, não devemos só pensar nesses adultos que já temos nas nossas paróquias e, quem sabe, já a trabalhar em algumas acções pastorais. É necessário pensar, sobretudo nos que vivem longe da fé. São adultos que necessitam fundamentar a sua fé ou completar a iniciação cristã.

4. Instaurar o catecumenado de crianças, jovens e adultos

A *iniciação* (catecumenado) está orientada para pessoas não baptizadas, sejam crianças, jovens ou adultos, que se desenvolve mediante um processo catequético que culmina na recepção dos três sacramentos da iniciação.

A manifestação da inquietação crente parece revelar-se, também, num fenómeno que não é excepcional nem individual, mas social, ainda que minoritário: um número crescente de pessoas que viveram em ambientes afastados da fé e da comunidade crente, ou pelo menos estiveram durante muitos anos afastados, experimentam a insatisfação de uma vida religiosa e podem ser acompanhados num processo de iniciação à fé. Dois mil adultos franceses receberam o Baptismo na última Noite Pascal, depois de terem percorrido um caminho de iniciação à fé. Estamos assistindo, provavelmente, na vida de muitas pessoas, ao começo de um itinerário cheio de esperança.

Este processo deve realizar-se na modalidade do catecumenado baptismal pois *“as condições do mundo actual tornam cada vez mais urgente o ensino catequético sob a forma de um catecumenato para um grande número de jovens e adultos que, tocados pela graça, descubrem, pouco a pouco, o rosto de Cristo e experimentam a necessidade de a Ele se entregarem”* (EN 44; cf. ChL 61).

Esta gradualidade desenvolve-se em quatro etapas.

- **O pre-catecumenado:** É a explicitação mais demorada do primeiro anúncio do Evangelho, dirigida àquelas pessoas em que se despertou interesse pela pessoa de Jesus Cristo, ainda que não estejam ainda decididas a segui-l'O.
- **O catecumenado:** A catequese propriamente dita supõe um passo qualitativo a respeito do pre-catecumenado. Aqui trabalha-se já com uma decisão firme de seguir a Cristo. Trata-se de alimentar e educar para essa decisão.
- **A purificação e iluminação:** Trata-se de um tempo mais curto, em que a pessoa, já propriamente catequizada na etapa anterior, recapitula e saboreia o que viveu e assume, publicamente, os compromissos dos sacramentos da iniciação cristã que já recebeu.
- **A mistagogia:** Ajuda o catequizando, no final do seu processo formativo, a renovar os compromissos do seu baptismo e confirmação e prepara-o para assumir uma vida activa no seio da comunidade cristã e para ser testemunha da fé no mundo.

4.1.4.4. Favorecer a catequese familiar

Os pais são, certamente os primeiros responsáveis da educação humana e cristã dos seus filhos e os mais qualificados agentes dessa delicada tarefa. É importante para o futuro da fé cristã que a família seja o lugar genuíno onde se vivem as experiências fundamentais da vida e, entre elas, a experiência religiosa. Nada nem ninguém poderá substituir a família nesta missão.

É certo, e há que compreendê-lo, que a família passou e está a passar, por grandes mudanças que afectam, substancialmente, a sua tarefa educativa. Mas isto não deve levar-nos a desprezá-la da acção educativa, devemos porém ajudá-la a que, apesar dos seus problemas, possa realizá-la da melhor forma possível.

Esta **implicação** da família pode realizar-se de várias formas:

- **Criando na família um autêntico "espírito de família"**
Nela todos se esforçam por viver toda uma série de valores: amor, acolhimento, respeito, escuta, diálogo... E também estão presentes alguns sinais e manifestações religiosas. Isto ajudará os filhos a crescer num clima positivo que influirá depois no

desenvolvimento da sua personalidade e na sua experiência religiosa.

- **Catequese familiar**

Sem descuidar outras formas de catequese, é necessário ajudar os pais a optarem pela catequese familiar, isto é a catequese como processo assumido pelos pais para ser concretizado por eles mesmos e que não só implica uma aprendizagem em relação à transmissão da fé, mas também no que respeita à própria formação cristã. Apesar da catequese familiar poder corresponder apenas a uns anos determinados, que coincidem com o início da catequese infantil, esta proposta entende a catequese como um tempo de formação permanente para todos os membros da família.

Este tipo de catequese está a dar uma nova fisionomia às comunidades cristãs devido à presença de famílias jovens. Deve ser uma opção da própria paróquia, que se deverá comprometer a preparar casais - catequistas, a acompanhá-los na sua formação permanente a reuni-los periodicamente para preparar as sessões de catequese num pequeno grupo de casais, que partilham a educação cristã dos filhos. Assim, os pais convertem-se em catequistas dos seus próprios filhos. Efectivamente, *“a catequese familiar precede, acompanha e enriquece todas as outras formas de catequese”* (CT 68; DGC 226).

- **Acompanhamento catequético**

Nos casos em que não é possível uma catequese familiar ou naquelas em que acontece, é necessário implicar os pais na educação dos filhos. Pode realizar-se promovendo a sua preocupação em acompanhar, com a sua presença ou o seu interesse, a catequese que vão recebendo os seus filhos. É certo que *“Esta iniciação aprofunda-se ainda mais, quando os pais comentam e ajudam a interiorizar a catequese mais metódica, que os filhos mais crescidos recebem da comunidade cristã”* (CT 68; DGC 226).

Todas estas modalidades exigem um profundo compromisso das comunidades, não só do avivar da responsabilidade, mas também de oferecer-lhes uma boa formação e proporcionar-lhes os meios necessários para a realizar.

4.1.5. Ensinando–lhes a guardar quanto vos ensinei

Para provocar a experiência religiosa é necessário partir das experiências profundas que vive hoje a humanidade, pois é nessa raiz antropológica que se insere o religioso. É necessário ajudar a colocar as grandes interrogações da vida como primeiro passo necessário para suscitar a pergunta pelo transcendente, pelo religioso, por Deus.

Quando o homem é capaz de explorar e assumir a sua própria densidade humana, então é quando se torna capaz de escutar os ecos desse chamamento desconhecido e incompreensível do OUTRO, que lhe grita do profundo do seu ser, e encontrar em Deus o sentido último de toda a sua vida.

A catequese tem de descobrir quão necessária é essa tarefa, para poder depois fazer um primeiro anúncio claro da mensagem, que leve o homem a uma fé inicial, na qual perceba o Evangelho como uma descoberta gozosa, que enche de sentido e plenitude toda a sua vida. O conteúdo será apresentado em consonância com as grandes experiências ou realizações do homem de hoje.

Vejamos dois possíveis modelos:

1. Primeiro modelo: Aspirações do homem e mensagem cristã

Plano de Deus sobre o mundo

O homem tem consciência de estar a fazer a história com os seus próprios acontecimentos. Quer ser o protagonista do seu destino, da transformação do mundo em constante dinamismo para o futuro.

- Evangelizar é anunciar aos homens que essa história, esses avanços e esperanças entram no plano de Deus. Deus está presente e actuante no mundo, através do homem, para realizar a história.

Cristo centro e modelo do homem

O homem procura realizar a sua própria identidade, dar sentido à sua própria existência. E, às vezes, sente-se incerto e desesperado. Não encontra o caminho. Não sabe como ser, como viver.

- Evangelizar é ajudar o homem a descobrir que *“em Cristo e por Cristo, o homem atingiu plena consciência da sua dignidade, da sua elevação, do valor transcendente da própria humanidade,*

do sentido da sua existência” (Redemptor hominis, 11). É preciso gritar-lhe que Cristo é “Caminho, Verdade e a Vida” (Jo 14,16).

A fé como libertação

O homem quer ser livre, procura e luta pela liberdade. Contudo, tem a experiência da escravidão, da opressão económica, cultural, política. Vive na discriminação, na fome, na marginalidade.

- Evangelizar é anunciar e realizar a libertação, aproveitando todo o dinamismo da libertação realizada por Cristo. A Igreja tem o dever de ajudar a nascer essa libertação, de dar testemunho dela, de fazer que seja total. Tudo isso não é estranho à evangelização(cf.EN 30,33,35,37).

A Igreja como espaço de comunhão

O homem procura encontrar-se com os outros. Deseja superar a solidão, o anonimato, o isolamento. Precisa de ser acolhido, viver na solidariedade, partilhar a palavra, problemas, alegrias, festas.

- Evangelizar é apresentar a Igreja como espaço cristão, onde tudo isso é possível e se faz realidade. É apresentar a comunidade como elemento integrante da fé cristã e a possibilidade de partilhar com os outros a vida, a Palavra, a festa, os problemas... e tudo com alegria, pois sabe que o Senhor está no meio dela.

A caridade como serviço

O homem deseja viver na fraternidade e na solidariedade. Está consciente de que existem, no mundo, imperfeições que fazem sofrer os homens: doença, pobreza... Procura superá-las, mas, por vezes, o seu egoísmo é mais forte.

- Evangelizar é *“anunciar o Evangelho aos pobres”* (Mc 11,5). A opção preferencial pelos pobres é o melhor meio de evangelizar, porque é a melhor verificação do amor, do serviço e justiça eclesiais, e, por esse testemunho, tornamos credível o Evangelho(cf. Mt 20,28) e apostamos numa fraternidade verdadeira, construída sobre a justiça.

Os sacramentos como força de Deus

O homem sente-se forte e poderoso, capaz das maiores empresas. Mas também experimenta a fragilidade e a debilidade. Formula grandes desejos, mas encontra-se impotente. E, muitas vezes, experimenta o fracasso e a derrota.

- Evangelizar é anunciar que o homem, débil na sua natureza, se sente forte pela força de Deus. Sabe que não está só na luta de cada dia. Na oração e nos sacramentos, experimenta o poder salvador de Deus nos momentos decisivos da sua vida.

O futuro como esperança

O homem luta e afadiga-se na vida. Alcança com o seu esforço, níveis cada vez mais altos. Mas, muitas vezes, se interroga: o que será de tudo isto? Que será de mim? Que será do mundo? Em que terminará tudo isto? Qual é o futuro?

- Evangelizar é anunciar que o homem e o mundo têm futuro. Um futuro já começado e que, um dia, chegará à plenitude. Nada, nem ninguém, se perderá. Tudo será transformado por Cristo Jesus. Espera-nos um futuro como dom e que está acima de todas as nossas expectativas e esperanças.

2. Segundo modelo: As experiências profundas e a mensagem cristã

Nós, na vida, vivemos experiências profundas, que necessitamos de viver com autenticidade, e que são as que dão sentido à vida.

Se o ser humano consegue, ao longo da sua vida, adquirir essas experiências, a sua vida será feliz, sentir-se-á bem.

Estas experiências são base e fundamento para perceber o sentido cristão da vida.

Se fomos feitos “à imagem e semelhança de Deus”, nessas experiências percebemos essa imagem.

4.1.6. Eu estarei convosco até ao fim do mundo

Perante todas estas tarefas e exigências, é necessário ter sempre muito presentes estas palavras do Senhor: «*E eis que eu estou convosco todos os dias...*» (Mt 28 20).

Confiantes nelas, os catequistas temos de realizar a nossa missão com estas atitudes básicas:

Gratuidade: Agradecemos ao Senhor o ter-nos escolhido para uma tarefa tão bonita e importante. «*Dou graças àquele que me confortou, Cristo Jesus, Nosso Senhor, por me ter considerado digno de confiança pondo-me ao seu serviço*» (1Tim 1, 12).

Alegria: O Evangelho há-de transmitir-se com alegria, no coração e nos lábios. «A Boa Nova há-de anunciar-se não por evangelizadores tristes e desanimados, impacientes ou ansiosos, mas sim por ministros do Evangelho cuja vida irradie fervor, pois foram quem recebeu primeiro em si mesmo a alegria de Cristo...» (EN 80).

Responsabilidade: temos hoje a missão de fazer com que a Palavra de Deus seja hoje escutada, acreditada e vivida. «Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; é antes uma necessidade que se me impõe. Ai de mim, se eu não anunciar o Evangelho»(1Cor 9,16).

Esperança: Na nossa tarefa nunca nos sentimos derrotados nem vencidos. “É o Espírito Santo que faz com que os fiéis entendam os ensinamentos de Jesus” (EN 75).

Humildade: Não somos nós que damos a fé, só somos semeadores. «Assim, pois, aquele que planta nada é; aquele que rega nada é, mas importa somente Deus, que dá o crescimento» (1Cor 3,7).

Súplica: realizar esta tarefa supera as nossa forças.

“O Espírito socorre a nossa fraqueza. Pois não sabemos o que pedir como convém; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis” (Rm 8, 26).

Em suma,

**Nós catequistas somos
Pessoas crentes que,
Convencidos do importante que é crer
Oferecemos aos outros
A nossa simples experiência de fé
Para que, caminhando juntos,
Possamos, eles e nós,
Avançar pelo caminho
Do seguimento de Jesus.**

Reforma Catequética em Portugal

D. JOSÉ POLICARPO (*)

I – CONTEXTO DA REFORMA CATEQUÉTICA

1. A catequese, enquanto realização da missão evangelizadora da Igreja e etapa do crescimento da fé e de iniciação à vida cristã, deve ter em conta a problemática de conjunto, quer da Igreja, quer da sociedade na sua evolução sociológica e cultural. Nada é mais ilusório do que uma iniciativa catequética fechada na sua pedagogia, sem tentar dar resposta aos problemas e aos pedidos das pessoas concretas, com as suas características específicas.

A sociologia portuguesa sofreu, nestes últimos anos, uma mutação social e cultural profunda e acelerada. País de tradição católica, com uma componente laica, anti-clerical e jacobina, esta mutação fez-se sentir no próprio interior da Igreja. Cerca de 90% da população ainda se declara católica (aguardamos os resultados do último recenseamento da população realizado no ano passado), de entre os quais 30% se declaram praticantes. Simultaneamente, efectuamos o recenseamento da prática dominical, cujos resultados ainda estão a ser estudados, mas os primeiros indicadores fazem-nos crer numa diminuição numérica, que deve ser comparada com os dados da população em geral.

No entanto, um dado é permanente: cerca de dois terços dos baptizados não têm uma fé vivida e celebrada e muitos deles não são crentes. Isto convida-nos a reflectir sobre a facilidade com que se baptizam as crianças e sobre a nossa incapacidade de ir ao encontro daqueles que baptizamos, para os introduzir numa verdadeira iniciação cristã, e encontrar caminhos missionários de anúncio de Jesus Cristo a esta multidão de baptizados não crentes ou muito pouco crentes.

* Cardeal Patriarca de Lisboa. Conferência proferida na Assembleia dos Bispos Franceses, em Novembro de 2001 e no Encontro Nacional de Responsáveis de Catequese, no Algarve, em Abril de 2002 (original em francês).

2. Além disso, esta “*comunidade eucarística*” não é isenta de problemas. Só Deus conhece o número dos que procuram a santidade e crescem na caridade. Muitos destes cristãos praticantes não fizeram uma verdadeira iniciação cristã, o que os torna mais vulneráveis às modificações culturais e sociais.

Enumero rapidamente alguns aspectos da evolução da sociedade, que se repercutem facilmente na comunidade eclesial:

- A laicização da cultura que conduz a um naturalismo na interpretação da existência, marcado por uma espécie de racionalismo lógico, que influencia as opções éticas e põe em questão as normas morais; a perspectiva sobrenatural, essencial à visão cristã da santidade, enfraquece ou acaba por desaparecer.
- O culto da liberdade individual, muito acentuado no processo revolucionário que conduziu à democracia pluralista, leva a uma visão individual da verdade, da moral, da procura do sentido da vida. A consciência eclesial de um “*nós*” dissolve-se; a Igreja já não é considerada pessoa de verdade, de acção; ela é dificilmente aceite como “*senhora da verdade*”, sendo o seu magistério, frequentemente, reduzido ao nível da opinião.
- O culto do provisório, do mutável, que deixa muito pouco lugar a opções definitivas e à perenidade de certas dimensões da vida, sobretudo da vida cristã.
- A redução da expressão religiosa ao nível do privado, do subjectivo individual, minimizando a sua dimensão comunitária e as suas consequências sociais. A Igreja é confundida com a hierarquia; as suas tomadas de posição são aceites ao nível social, facilmente recusadas ao nível da moral pessoal. O próprio sentido do religioso dilui-se e torna-se sincrético. Há uma vaga de simpatia pelas religiões não-cristãs, como se todas as religiões fossem equivalentes.
- O enquadramento sociológico desempenha um papel cada vez menos importante na prática religiosa. Uma fé comprometida é, cada vez mais, uma opção pessoal da liberdade individual. Isto também tem que ver com o tratamento pastoral da “*religiosidade popular*”, elemento fortemente centrado nas tradições e que, por vezes, temos desvalorizado demais.

3. No interior da comunidade eclesial, sublinho os seguintes traços:

3.1. O reforço da dimensão comunitária da fé cristã. Existem comunidades vivas e responsáveis. A ideia da comunidade como verdadeiro sujeito da missão da Igreja começa a desenvolver-se, o que leva a um laicado cada vez mais participativo e responsável. A edificação de “*comunidades evangelizadas e evangelizadoras*” é, desde a “*Evangelium Nuntiandi*” o nosso “*slogan*” pastoral.

3.2. Verifica-se um enorme interesse pelos estudos bíblicos e teológicos. Mas facilmente se queimam as etapas, inserindo uma curiosidade racional a propósito das verdades da fé, na ausência de uma verdadeira iniciação cristã. Uma informação teológica sem uma verdadeira iniciação no mistério da experiência cristã pode levar a um criticismo mais racional do que crente.

3.3. Um fosso crescente entre a fé confessada e a fé vivida na novidade evangélica da experiência cristã.

3.4. A crise da família. Esta, enquanto primeira comunidade de comunicação da fé e de verdadeira iniciação cristã depois do baptismo, rareia cada vez mais. Uma grande percentagem das crianças que, apesar de tudo, se inscrevem na catequese paroquial, pertence a famílias separadas e nem sequer teve o primeiro anúncio da fé. Para mais, o enquadramento numa comunidade eclesial de fé ainda não é tão forte que possa substituir a família, mesmo havendo casos muito positivos, em que crianças se tornam verdadeiras evangelizadoras das suas próprias famílias.

II – BREVE APANHADO HISTÓRICO SOBRE A REFORMA CATEQUÉTICA EM PORTUGAL

4. Situo-me no quadro temporal da segunda metade do séc. XX, que está centrado no grande acontecimento do Concílio Vaticano II e no seu dinamismo de renovação.

O caminho percorrido vai de uma catequese das crianças, concebida, fundamentalmente, como preparação imediata para os sacramentos, sobretudo da Eucaristia (primeira comunhão) e da Reconciliação, a uma catequese concebida como iniciação cristã e formação

permanente, orientada para toda a gente, todas as idades e todas as etapas da vida.

4.1. O ponto de partida deste longo caminho contava com a família cristã como primeira comunidade de fé, onde uma verdadeira iniciação à fé, sobretudo vivida, estava garantida. Uma preparação imediata para os sacramentos era feita, na maior parte dos casos, pelos próprios párocos ou por catequistas. Acentuava-se a memorização de fórmulas de fé e de oração (de que o catecismo de S. Pio X era o instrumento) e a comunicação da dimensão misteriosa dos sacramentos. Se não garantia uma grande compreensão da fé, esta catequese iniciava na fé e na oração, sendo seguro que era acompanhada pela prática dominical, pela oração em família e por uma iniciação às exigências morais.

4.2. A partir dos anos 50, dão-se grandes movimentos na Igreja que influenciam, directa ou indirectamente, a catequese: o desenvolvimento das ciências pedagógicas na educação; o alargamento progressivo da escolaridade obrigatória, aumentando progressivamente a sua duração (4 anos, 6 anos, 9 anos), o que condicionou a organização da própria catequese paroquial; os grandes movimentos eclesiais (reforma litúrgica, Acção Católica, vocações sacerdotais) influenciaram a catequese. Um laicado bem formado descobre a catequese como missão, etc.

Nesta etapa, ousou enumerar algumas características:

- A organização da catequese privilegia o esforço da compreensão sobre a memorização e a experiência religiosa;
- Verifica-se a primazia da pedagogia sobre os conteúdos;
- Os destinatários continuam a ser as crianças e, a partir de certa altura, os adolescentes. A oferta catequética segue de perto a escolaridade obrigatória (actualmente, a oferta catequética abrange um período de 10 anos);
- Faz-se um grande esforço na elaboração dos primeiros catecismos que, pela primeira vez, apresentam uma visão de conjunto das verdades da fé;

- Estrutura-se a formação de catequistas leigos; recebem “*cursos*” em que os aspectos pedagógicos são, frequentemente, preponderantes; elaboram-se os primeiros textos para catequistas; uma estruturação diocesana e nacional dá os seus primeiros passos. A pedagogia catequética é complementada pelos movimentos para crianças e adolescentes: a “*cruzada eucarística*”, a Acção Católica para crianças e outros.

Os aspectos mais negativos:

- A descontinuidade. A catequese é concebida para crianças e adolescentes, e não como um esforço contínuo, dirigido a toda a gente, de todas as idades. A ruptura entre o fim da catequese e a idade adulta era uma realidade. Praticamente ainda não se falava de catecumenado, porque os não baptizados eram raros e falar de catequese a um adulto era quase ofensivo.
- O facto da dimensão “*ensino – conhecimento*” prevalecer sobre o testemunho da fé, e a preocupação de uma espécie de “*currículo*” dos sacramentos, e não o desejo de se iniciar na vida da fé, reduzem os frutos da caminhada catequética. Muitas crianças e jovens abandonam a prática religiosa depois de terem percorrido este “*currículo*”. Interrogamo-nos se a catequese fez crescer a fé.

4.3. Nos anos 80, a Conferência Episcopal aprovou um novo plano catequético para todo o país. Nesta etapa (em que ainda estamos, de certo modo), sublinho os seguintes pontos:

- O plano catequético é concebido como uma caminhada (para 10 anos) em que a dimensão doutrinal aparece como instrução, mas sobretudo como iluminação duma experiência vital. O ritmo eclesial é acentuado, e os sacramentos da iniciação enquadram-se na progressão de um caminho a percorrer. A perspectiva bíblica e a pedagogia de história da salvação estão mais presentes.
- Novos catecismos e livros para o catequista foram elaborados de acordo com estes critérios. Procura-se valorizar a dimensão simbólica da fé e a descoberta da celebração da fé, através da liturgia;
- O “*ministério*” do catequista começa a definir-se como “*vocação específica*” e faz-se um grande esforço para a sua formação;

- O papel da memória é reabilitado no sentido duma tradição e duma continuidade da comunidade de fé. Volta-se a algumas “*fórmulas*” a aprender “*par coeur*” (Em francês, no original.), quer dizer, a guardar no coração;
- As ciências pedagógicas, entretanto, valorizaram o papel da memória como elemento estruturante do crescimento intelectual e espiritual. Aprender “*as orações*” é uma maneira de aprofundar a memória de Jesus e de todos os que nos precederam na confissão da fé e na oração;
- Devido ao facto dum itinerário catequético previsto para 10 anos, produz-se uma nova relação entre catequese e pastoral da juventude, mesmo que esta seja dificilmente concebida como continuidade da caminhada catequética. A idade da celebração do sacramento da Confirmação ainda hoje é uma “*quaestio disputata*”;
- O grande número de crianças não baptizadas (fenómeno dos anos 70) introduz a necessidade de um ritmo catecumenal no próprio seio da pedagogia catequética.

4.4. Durante este período, surgiram elementos novos, mudanças de sociedade e de Igreja:

- A crise da família acentua-se e a descristianização da sociedade aumenta. Muitas crianças chegam à catequese sem nunca terem ouvido o primeiro anúncio da fé. A primeira etapa da catequese torna-se kerigmática.
- Muitos pais já não são praticantes, o que torna difícil um caminho catequético concebido como iniciação à celebração e à oração. Começou-se um trabalho com os pais, que se revelou difícil e insuficiente.
- Os catequistas leigos são mais numerosos e não foi possível garantir a todos a formação adequada, sobretudo porque a sua persistência na função não é suficientemente duradoura. Acabam por não poder valorizar bem os elementos pedagógicos (catecismos e outros) postos à sua disposição. Em todo o caso, fez-se um grande esforço para a sua formação doutrinal, pedagógica e espiritual.

- A escola torna-se, para as crianças, cada vez mais pesada e cansativa. Escola mais “week-end” deixam pouco espaço para a catequese.
- A própria dimensão de organização levanta problemas novos. Numa diocese como a de Lisboa, temos mais de 10.000 catequistas, várias paróquias da periferia com mais de 1.000 crianças na catequese. Tudo isto exige uma grande organização, onde a qualidade e a autenticidade evangélicas nem sempre são fáceis.

III – O MOMENTO PRESENTE: AS OPÇÕES PASTORAIS

5. Entramos, também nós, num período de revisão do processo catequético, no quadro do desafio dum *“nova evangelização”*.

Neste momento, apenas posso enunciar algumas opções fundamentais que representam outras tantas preocupações e intuições:

5.1. A catequese é um processo contínuo do cristão e da comunidade eclesial. Ainda é difícil interiorizar a perspectiva do Directório que considera a catequese dos adultos como o ponto de referência inspirador de todo o processo catequético. Passamos anos demais a tomar como referência a catequese das crianças e dos adolescentes. Mas a perspectiva começa a entrar nas mentalidades relativamente bem. Isto indica-nos que a grande renovação se deve situar ao nível da catequese dos adultos, na sua pluralidade metodológica.

5.2. Há um grande número de baptizados, crianças e adultos, que não estão preparados para iniciar um caminho catequético. Têm necessidade de um anúncio; a criatividade nos caminhos e nos métodos a seguir é um grande desafio. Não devemos queimar as etapas. A vida de fé tem o seu ritmo, o seu início, o seu crescimento, a sua alegria, a sua plenitude. A convergência harmoniosa entre uma pastoral kerigmática e a catequese é necessária.

5.3. O processo catequético deve ser concebido como uma verdadeira iniciação cristã, de inspiração baptismal, integrando harmoniosamente os múltiplos aspectos da experiência cristã: aprofundamento da fé, iluminação da fé pela doutrina, a fé celebrada

e praticada na vida moral, a alegria da celebração e da oração, o compromisso na construção de um mundo novo, a experiência de comunhão e de fraternidade na comunidade eclesial.

5.4. Prioridade absoluta à dimensão comunitária da fé. A Igreja enquanto comunidade de fé é o verdadeiro sujeito da missão, o verdadeiro responsável da catequese, e o enquadramento no crescimento na fé. O enquadramento paroquial da catequese é uma opção principal, apesar de serem propostos dinamismos diocesanos na catequese dos adultos. As dioceses e as paróquias devem ser organizadas como “*comunhão de comunidades*”, devendo o ritmo comunitário estar presente em todas as iniciativas catequéticas. Acreditamos na fé em comunidade.

5.5. Uma continuidade harmoniosa das etapas do processo catequético deve ser procurada e mesmo uma convergência entre catequese dos adultos, dos jovens, das crianças. Ensaíamos experiências em que os pais aceitam fazer um caminho catequético ao mesmo tempo que os filhos, podendo fazer da catequese uma ocasião de diálogo e de partilha em família.

5.6. A preparação e formação contínua dos catequistas é crucial e decisiva. Não deve ser unicamente escolar e teórica. Esta formação deve ter, também ela, um ritmo de iniciação cristã e de catequese de adultos, em pequenas comunidades. É muito importante que os catequistas sejam testemunhas da fé; um ensino não comunica necessariamente a fé.

Pretende-se que pelo menos uma parte do itinerário de formação seja percorrido em conjunto por vários “*servidores eclesiais*”: catequistas, animadores de pequenas comunidades, ministros da Eucaristia e da liturgia, agentes da pastoral social, etc. A descoberta da fé e da Igreja é a mesma para todos.

5.7. O processo catequético deve respeitar e valorizar a pluralidade da Igreja, guardando a sua unidade. Esta variedade é a das pessoas, dos carismas, dos movimentos, dos métodos e das pedagogias. Nenhuma espécie de monolitismo eclesial pode favorecer a realização da missão evangelizadora da Igreja.

5.8. Só depois de tudo isto é que a produção de textos pedagógicos terá sentido. O Catecismo da Igreja Católica, garantia da unidade da fé, está concebido de modo a permitir uma variedade de textos pedagógicos, mesmo que um texto (catecismo) nacional continue a ter sentido e a ser necessário.

5.9. Tenho o sentimento de que estamos a percorrer caminhos novos, enriquecidos pelas nossas experiências e esforços passados, mesmo sendo imperfeitos. A atracção e a exigência de uma evangelização que seja verdadeiramente nova supõem criatividade e audácia, a coragem de nos fazermos ao largo, conduzidos pelo Espírito de Deus.

Lourdes, 7 de Novembro de 2001

Educação, uma questão de liberdade

Liberdade de ensino na Europa - factos, tendências e desafios

ETHIENNE VERACK (*)

Ex.mo Senhor Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã,
Ex.mo Senhor Reitor da Universidade Católica Portuguesa,

Gostava de felicitar Vossas Excelências pela organização desta conferência e agradecer o convite que me foi dirigido.

Caros participantes,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Tenho o maior gosto em estar aqui convosco, esperando poder contribuir para a reflexão e debate sobre uma problemática bem actual: A Liberdade de Ensino. Não sou jurista de formação, porém vou partilhar convosco alguns factos, tendências e desafios com os quais nos confrontamos actualmente.

Fá-lo-ei, na medida do possível, na língua de Camões pedindo-vos antecipadamente desculpa por eventuais desvios da pronúncia lusitana.

I. DIFERENTES MODELOS DE POLÍTICA EDUCATIVA¹

Quando estudamos as políticas educativas da e na Europa, pode constatar-se uma diversidade de abordagens. Os sistemas democráticos europeus, que partilham os mesmos princípios, concretizam a liberdade de ensino de formas muito diversas. Isso

* Secretário Geral do CEEC (Comité Europeu do Ensino Católico). Conferência proferida no dia 9 de Outubro de 2004, na Universidade Católica Portuguesa integrada na Semana Nacional da Educação Cristã.

¹ A principal fonte de inspiração desta conferência é a obra de DE GROOF, J., & GLENN, Ch.– *Education Freedom*, Socires, 2003.

explica-se em larga medida pelos diferentes desenvolvimentos históricos.²

1. No *Estado jacobino centralizador*, o controlo central sobre o ensino está legitimado a partir do princípio que o Estado deve assegurar uma neutralidade ideológica e religiosa, a unidade da nação e a uniformidade do serviço administrativo. Um tal controlo é entendido como uma condição essencial para garantir a igualdade das ofertas de ensino e, por conseguinte, dos procedimentos, das estruturas escolares e dos conteúdos dos currículos. Este modelo está, historicamente, presente em França, em Espanha, na Suécia e em Itália.

2. No *modelo do Estado central e da diversidade das iniciativas*⁽²⁾, o governo exerce um controlo rígido e centralizador nas estruturas de ensino, no currículo principal e nas condições relacionadas com a profissão docente, mas aceita a existência de redes de ensino que não lhe pertencem.

O direito que estas redes ou estabelecimentos escolares individuais têm de recrutar docentes e de se pronunciarem na elaboração dos currículos continua a ser uma das características cruciais deste tipo de modelo. Isto reflecte o pluralismo da sociedade e pode ser o espelho dos diferentes grupos éticos e religiosos. Este modelo é característico da Bélgica, da Holanda e da Alemanha, com uma variante na Irlanda.

3. O *modelo do Estado não-interveniente e facilitador*, muitas vezes associado à política de ensino descentralizado da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, reflecte discussões históricas relacionadas com o equilíbrio entre o poder central e os poderes locais. O ensino, neste caso, deve ser especialmente dirigido pelas autoridades locais e o papel do Estado não deve exceder a definição de condições mínimas. *«Espera-se que o ensino seja a expressão da democracia local e não, por conseguinte, uma interpretação uniforme da identidade nacional»*.³

Estes modelos, todavia, não coabitam facilmente com a mudança de circunstâncias. A Inglaterra e o País de Gales têm um currículo nacional e exames correspondentes. Por outro lado, alguns dos

² WIELEMANS, W. – *European educational policy on shifting sand?* European Journal for Education Law and Policy, 2000, p.21–34.

³ NEAVE, G. – *The Core Functions of Government*, in ARO Working Document 29, Utrecht: Adviesraad Onderwijs in Nederland, 1995.

sistemas mais centralizados estão activamente implicados num processo que privilegia a tomada de decisão ao nível do próprio estabelecimento escolar.

Apesar de todos estes desenvolvimentos, as decisões tomadas ao nível dos estabelecimentos escolares são geralmente em maior número no ensino privado que no ensino público, dependendo dos países e do grau de ensino.⁴

Embora os diferentes países possuam abordagens muito diversificadas em matéria de gestão do sistema escolar – estando aí incluídas as escolas não estatais –, existem certos pontos comuns que convém sublinhar:

- A liberdade de fundar e de dirigir um estabelecimento escolar sem interferir (*não obstante qualquer outro regulamento*) na filosofia particular (*tipicamente religiosa*) que define a escola e o direito dos pais de escolherem os estabelecimentos escolares que reúnem certos padrões comuns em matéria de qualidade educativa;
- A neutralidade filosófica das escolas estatais. Com efeito, as diferenças mais marcantes notam-se no grau, segundo o qual o financiamento público é concedido às escolas privadas de reconhecido de interesse público.

Estas políticas merecem ser reconhecidas como «*princípios internacionais constitucionais*»⁵ entre as «*tradições comuns da cultura democrática ocidental*», às quais se referem o Tratado da União Europeia e o Tratado de Nice.

A liberdade de ensino não é, simplesmente, a permissão ou a defesa de alternativas à escola estatal. Num determinado número de países, tornou-se evidente para os legisladores e outros responsáveis políticos que a inevitável transmissão de valores pelas escolas estatais requer que os pais das crianças estejam envolvidos nas decisões relacionadas com o currículo e com as respectivas pedagogias. O facto dos pais nem sempre poderem escolher a escola estatal que os seus educandos frequentam (contrariamente aos pais dos alunos das escolas privadas) torna ainda mais necessário o seu envolvimento naquilo que a escola ensina e na forma como o faz.

⁴ *Ibid.*

⁵ LEENKNEGT, G. – *Vrijheid van Onderwijs in Vijf Europese Landen*, Deventer: Schoordijk Instituut, 1997.

II. O PAPEL DA LEGISLAÇÃO

A liberdade de ensino é a liberdade menos amada entre todas as formas de liberdade de expressão. As razões são claras. Nas sociedades modernas, é típico que o Estado tenha apenas um papel de apoio em matéria de artes ou de comunicação social, contudo deve ser ele o garante de tudo o que envolve a instrução. Na maior parte das democracias ocidentais, a partir de meados do século XIX (*e bem antes em alguns países*), o Estado esteve, intimamente, envolvido no sistema educativo. Mas não foi simples definir, com precisão, qual o papel adequado do Estado num domínio que implica, de uma forma tão estrita, a formação dos valores e das abordagens da compreensão do mundo. Será oportuno que o Estado forme os seus próprios cidadãos ou será isto, na sua essência, contrário aos princípios da democracia?

Do mesmo modo, não é fácil especificar as relações que o Estado deve ter com as numerosas iniciativas educativas da sociedade civil ou com os desejos dos encarregados de educação. Estas questões não são, de forma alguma, abstractas ou supérfluas; elas são a expressão de um conflito político recorrente em bastantes países.

III. OS PRINCÍPIOS DA LIBERDADE

O direito à liberdade de ensino está intimamente ligado com o princípio da liberdade, um valor essencial da democracia e uma condição indispensável ao desenvolvimento de homens e mulheres capazes de construir e manter uma sociedade livre e democrática. A liberdade em si, sem uma expressão institucional, torna-se um princípio vazio.

A liberdade de ensino é um dos meios pelos quais uma sociedade constrói instituições locais, capazes de suscitar o compromisso dos cidadãos, especialmente dos pais. Cria também um espaço social para aí desenvolver instituições nas quais as crianças, tendo como base uma filosofia de vida coerente, podem ser educadas de forma que, numa sociedade pluralista, nenhum governo democrático imponha um único modelo.

Exercendo o seu direito à diferença, as escolas não-estatais, bem como as escolas estatais verdadeiramente autónomas, oferecem ao nível local uma oportunidade de exercer outros direitos essenciais,

tais como a liberdade de consciência, a livre prática da religião, a liberdade de associação e a liberdade de expressão. Numa sociedade livre, tendo em consideração o pluralismo cultural e filosófico, é necessária uma resposta e uma oferta de escolas com diferentes projectos educativos.

Uma das razões pelas quais a liberdade de ensino não é uma liberdade «evidente» – como os outros direitos fundamentais – é que a maior parte das escolas não-estatais estão alicerçadas em confissões ou organizações religiosas. Na maioria dos países, é aceite que o ensino inclua, também, o facto de transmitir convicções e valores assentes em fundamentos religiosos ou filosóficos. Os membros da elite laica, que têm uma influência desproporcionada sobre a política pública, caracterizam-se, habitualmente, por atitudes negativas em relação à influência da religião tradicional. Desde sempre que existe a tentação de fazer do próprio Estado a base de uma ideologia a inculcar através das escolas estatais. A liberdade de ensino constitui uma ameaça a este projecto.

Embora as famílias transmitam, especificamente, às crianças caminhos próprios para a compreensão do mundo, que estão, habitualmente, assentes numa religião, contudo, isto não significa que a influência da família seja contrária ao desenvolvimento dos valores democráticos.

IV. O PRINCÍPIO DO PLURALISMO

Em diversos países, a defesa do sector privado, em matéria de ensino, parece estar, directamente, relacionada com as opções políticas formais. A concepção socialista dos direitos ao ensino é, historicamente, entendida como hostil ao pluralismo externo, defendendo que a diversidade e a liberdade devem ser exercidas *no próprio seio* das escolas e não *entre diferentes escolas*.

Na sua essência, existia um conflito polarizado entre, por um lado, a opção por um sistema público uniforme e neutro, controlado por um governo «único e laico» e, por outro, a opção por um pluralismo externo e pela escolha dos pais entre escolas diferentes, a partir de um sistema diversificado, que é, principalmente, de inspiração religiosa.

Em grande medida, este eterno debate culmina numa discordância sobre a definição do «ensino público». Uma vez que fornecem um

serviço público à sociedade, para o qual é muitas vezes acordado pelo governo um apoio financeiro, as escolas não-estatais poderiam ser consideradas como parte do sistema de ensino público (mas não «oficial»), agindo ao serviço do interesse público. Isto nem sempre acontece quando estas escolas preenchem certas *lacunas* do sistema escolar do Estado. Na generalidade, as escolas «reconhecidas» exercem uma função pública e deveriam, portanto, ser definidas, tal como foi mencionado mais acima, como exemplo «de utilidade pública» e legalmente como «serviço público».

Certos países delinham de outro modo os parâmetros do «ensino público». A maior parte das escolas católicas de Inglaterra faz parte do sistema «público», enquanto que, na Holanda ou na Bélgica, recebendo o mesmo subsídio do Estado, são consideradas «privadas».

Quando existe entre os principais grupos políticos um consenso de longa data favorável à escolha da escola pelos pais, tal como acontece em determinados países da Europa, pode contar-se com um apoio geral das escolas não-governamentais. Em determinados países, isto leva ao reconhecimento total da diversidade do ensino e a uma tolerância positiva face aos diferentes tipos de iniciativas pedagógicas (e, em certa medida, à autonomia das escolas) como na Dinamarca, ou a mais uniformidade e a uma organização central, mais frequentemente quando a Igreja católica detém uma presença predominante (Irlanda). Uma outra questão é saber se a liberdade de ensino deve ser defendida para as escolas que se destinam às minorias culturais, religiosas ou linguísticas.

A Dinamarca é um bom exemplo para mostrar como a «neutralidade» pode também ser definida como estímulo para apoiar, de forma positiva e igual, diferentes opções pedagógicas, com um lugar muito especial concedido à escolha dos pais.

É certo que a existência de escolas não-estatais em numerosos países teve um impacto frutuoso na «liberalização» das políticas de ensino, na inovação e na experimentação em matéria educativas, embora esteja dependente, em larga medida, da obtenção de fundos públicos. Quanto mais as escolas independentes têm, diariamente, de lutar pela sua sobrevivência, maior é a pressão e preocupação com a qualidade e *a fortiori* com a renovação pedagógica a que estão sujeitas.

V. ALGUNS MITOS

Existe uma falsa hipótese comum segundo a qual as escolas não-estatais gozam sempre de uma autonomia invejável em relação aos controlos externos, o que lhes permite oferecer um ensino de uma maior qualidade do que aquele que é dispensado nas escolas estatais, concedendo um lugar destacável à inovação e à experimentação. A realidade é mais matizada; muitas vezes, as escolas não-estatais fazem parte de um sistema de ensino hierárquico e burocrático, que as trata com a mesma rigidez como trata as escolas estatais equivalentes.

Em certos países (por exemplo, na Áustria, na Bélgica, em Espanha, em França, na Holanda e em Portugal), a legislação sobre o ensino é o reflexo de disputas políticas que se alastram há numerosas décadas; o resultado destes compromissos obtidos de uma forma tão difícil faz com que o quadro legislativo tenha muitas vezes tendência a ser mais rígido, inflexível e pormenorizado, tanto para as escolas estatais como para as privadas.

No entanto, nos anos 90 apareceu nestes países uma tendência para deixar de considerar o controlo central como necessário ou útil, conduzindo, assim, a um movimento geral de descentralização das tomadas de decisão ao nível das instituições ou comunidades locais de ensino. Acredita-se cada vez mais que o próprio contexto da escola, *a sua missão e a sua cultura*, a sua organização autónoma e a sua capacidade de auto-avaliação são elementos extremamente importantes na qualidade da escola.⁶

Apesar de – mas não contrariamente a – esta tendência, a maior parte dos sistemas ocidentais de ensino tem uma forte tradição e uma convicção sempre muito firme da necessidade de um regulamento central da qualidade daquilo que os alunos aprendem na escola.

Enquanto os padrões de qualidade continuam a ser da competência do Estado, há, no entanto, uma tendência clara para dar às escolas individuais – e, de uma certa forma, às escolas estatais – autoridade sobre as questões de pessoal. Isto é considerado como essencial a uma liberdade de ensino sensata, uma vez que a escolha real só pode existir se as escolas puderem estabelecer e manter um carácter distinto através da selecção dos professores e outro pessoal.

⁶ STANDAERT, R. – *Inspectorates of Education in Europe, A critical Analysis*, Leuven: ACCO, 2001.

Em última análise, há duas formas de se tornarem «um sucesso» para as escolas não-estatais – sem a ajuda do poder e dos recursos do Estado. A primeira assenta no serviço a uma clientela exclusiva, mais precisamente fazendo apelo a alunos de famílias desafogadas e que não procuram o auxílio de fundos do governo. A segunda assenta no facto de fornecer um currículo de alta qualidade e claramente orientado para os valores. Haverá sempre escolas do primeiro tipo, dirigindo-se aos pais, cuja preocupação principal é a exclusividade social, mas é importante sublinhar que a grande maioria das escolas não-estatais na Europa não é socialmente selectiva e procura distinguir-se através daquilo que oferece ao nível educativo.

É importante para os pais que os seus filhos frequentem uma escola cujos diplomas sejam publicamente reconhecidos; é também importante para muitos deles o facto de não terem de pagar (ou de não deverem pagar demasiado caro) pela escolaridade dos seus filhos. As escolas não-estatais devem aceitar os modelos nacionais de gestão e de controlo de qualidade e, também frequentemente, uma determinada forma de currículo de base, para beneficiarem, por sua vez, do reconhecimento dos diplomas e da subvenção. Isso pode levar a uma diminuição da liberdade pedagógica e mesmo a uma certa derrota da sua missão específica. Um elemento central das escolas não-estatais continua a ser, no entanto, uma abordagem educativa própria e objectivos filosóficos e éticos específicos que lhes assegurem a continuidade da distinção pedagógica.

Ao esforçarem-se por alcançar os seus objectivos religiosos, filosóficos ou ideológicos, as escolas independentes partilham determinados objectivos comuns às escolas estatais, no que diz respeito nomeadamente às particularidades da sociedade pluralista moderna e à diversidade de opiniões. Mesmo que sigam políticas de admissão baseadas na confissão religiosa do aluno, as escolas podem estar sujeitas a uma certa limitação da sua liberdade neste domínio, e podem ser obrigadas a informar os pais sobre os procedimentos de admissão e a explicar todas as decisões. As escolas religiosas estão habitualmente abertas a um grande número de famílias, exteriores à sua comunidade de fé, desde que estas aceitem a filosofia educativa da escola. Assim, as escolas confessionais irlandesas acolhem alunos de diferentes convicções, sob a condição de uma «cláusula de consciência» – própria do sistema estatal – que permite que não recebam instrução religiosa.

VI. ALGUMAS CONTROVÉRSIAS

1. Distinção público / privado

A primeira controvérsia provém dos próprios conceitos de escolas *independentes, livres, não-governamentais e privadas*. Todos estes termos adquirem diferentes perspectivas. De uma perspectiva histórica, as escolas «*públicas*» em muitas democracias ocidentais foram organizadas pelas Igrejas, tendo sido sustentadas por fundos públicos, enquanto que as «*privadas*» foram organizadas por indivíduos com um objectivo lucrativo, tendo sido sustentadas pelo pagamento de mensalidades.

Até mesmo a distinção entre *privado* e *público* já não é verdadeiramente correcta. Afinal, as escolas não-estatais oferecem um serviço público, enquanto que as escolas estatais agem cada vez mais como se fossem instituições privadas e, em alguns países, são parcialmente privatizadas (por exemplo, as «*grant-maintained schools*» em Inglaterra, há uns dez anos). As leis sobre o ensino em certos países tendem a definir um estatuto uniforme para o pessoal escolar, quer trabalhe numa escola, legalmente, pública ou privada.⁷

2. Financiamento

Na maior parte dos casos, o pluralismo é invocado expressamente como a razão de um financiamento público às escolas não-estatais. A maioria dos sistemas na União Europeia, por exemplo, adopta este princípio como base, mas o modo, segundo o qual é aplicado na prática é, normalmente, deixado ao critério de cada Estado. O procedimento vai no sentido de que os fundos concedidos às escolas não-estatais devem ser suficientes de modo a permitir a sua subsistência sem recurso a receitas privadas. Um financiamento suficiente deve ser acordado pelo governo para assegurar o exercício realista da liberdade de ensino.

O financiamento destas escolas é, em todos os casos, uma questão inevitável se (talvez mesmo constitucionalmente) a garantia da livre escolha de escola for essencial a uma sociedade e a um sistema

⁷ ZOONTJES, P.J.J. – *De smalle ruimte. Enige opmerkingen over privaatrecht en publiekrecht, gezien vanuit de positie van de bijzondere school*, Nederlands Tijdschrift voor Onderwijsrecht en Onderwijsbeleid, I, juni 1999, p. 26–44.

político democráticos e se o Estado não for obrigado a torná-lo possível. Isto poderia ser considerado como um teste à credibilidade de um sistema democrático.

A subvenção pública de uma escola não-estatal não a transforma numa escola estatal, submetendo, todavia, a regras de *responsabilidade*, de *auditoria*, de *relatórios financeiros* e de *informação pública*. A Constituição da Holanda tem o cuidado de utilizar um termo próprio referido à natureza específica da «subvenção» das escolas privadas, o conceito de *bekostiging* (custeamento), condicionando-o a um «número de exigências fundamentais de liberdade, qualidade, acessibilidade e igualdade».

Parece que, normalmente, a concessão de um apoio financeiro conduz sempre a um determinado nível de controlo. O que será provavelmente menos bem aceite é o facto de o Estado utilizar a concessão de subvenção como um meio de pressão sobre as escolas não-estatais, afim de desenvolver as suas políticas e, por conseguinte, de abandonar a sua própria missão.

Na maior parte dos países, um tal financiamento baseia-se mais nas condições de acesso dos alunos do que nas exigências de qualidade à saída (o que será mais compatível com a liberdade, a autonomia e a responsabilidade). Noutros termos, o governo interessa-se mais por aquilo que as escolas *fazem* do que pelos resultados educativos.

3. Igualdade de oportunidades

Outra controvérsia constante emana do problema da composição da população escolar; resta saber se esta é selectiva ou inclusiva.

Tal como as escolas estatais, as escolas independentes devem gerir o conjunto das questões educativas debatidas no seio das respectivas sociedades, incluindo neste debate temas como a autoridade regional e local em expansão nas escolas (que não pode resultar num acréscimo da autonomia das escolas!), a participação democrática na gestão, a garantia de qualidade, a lealdade do pessoal escolar, os direitos fundamentais dos docentes e dos alunos, bem como o impacto geral da secularização e do pluralismo cultural.

Uma questão, particularmente, sensível é a de saber como conciliar a escolha dos pais e a liberdade de ensino com o princípio da *igualdade de oportunidades*. Os dados empíricos disponíveis sobre a estratificação das escolas não-estatais não são conclusivos. Parece

que todas as classes sociais estão presentes, simultaneamente, nas escolas estatais e não-estatais.

Uma diferenciação depende, efectivamente, do facto da escola poder contar com um financiamento público de modo a permitir que famílias de baixos rendimentos nela inscrevam os seus filhos, ou que ela pratique mensalidades elevadas para suportar os seus encargos de funcionamento.

Um sistema objectivo de distribuição dos meios financeiros, baseado nas exigências qualitativas similares em relação às escolas estatais e não-estatais, poderia ser encarado como uma medida apropriada para a realização de uma igualdade de oportunidades educativas. Uma observação interessante de uma democracia multi-racial chama a atenção para o facto do «debate sobre a escola privada na África do Sul estar, fortemente, relacionado com a questão racial e de segregação. Paradoxalmente, as escolas privadas foram as primeiras a promover e a estabelecer um ensino não-racial».⁸

4. Igreja e Estado

Durante os dois últimos séculos, dependendo todavia dos diferentes países, o ensino estava maioritariamente nas mãos das Igrejas e ainda hoje, em certos países europeus, o departamento responsável pela educação se designa «Ministério da Educação e dos Assuntos *Religiosos*». Praticamente em todos os países, a legislação sobre o ensino é o resultado de interligações complexas entre o Estado e a Igreja (ou as Igrejas).

Os países sob «autoridade» ou influência católica seguem modelos diferentes dos países de tradição protestante. Nos países escandinavos (à excepção da Dinamarca), o sistema de ensino assente na Igreja parece estar de acordo com a tradição «social corporativa» que promove mais a uniformidade do que a variedade (Noruega) ou que «municipaliza» o sector independente (Suécia, Finlândia).

A aplicação da escolha parental *no seio do* sector governamental, que inclui a educação religiosa, ou o funcionamento de escolas confessionais no quadro do sistema do Estado, é característico de

⁸ SQUELCHT, Joan – *Private Education in South-Africa: the legal Status and Management of Private Schools*, doctoral dissertation, University of South-Africa, 1997.

alguns países que não concedem fundos públicos às escolas não-estatais. Assim, na Inglaterra e na Holanda, por exemplo, as escolas católicas, protestantes e outras fazem parte do sistema público, mas as escolas não-estatais não recebem qualquer financiamento estatal.

Na verdade, em relação a todas as discussões (especialmente em França) relacionadas com o fosso que separa a Igreja e o Estado, «o conceito de separação da Igreja e do Estado parece estar vazio. Pode ser utilizado tanto para justificar um dever de apoio das escolas religiosas como para proscriver todo o apoio deste tipo».⁹

VII. A LIBERDADE DE ENSINO E O DIREITO EUROPEU

A. O Tratado de Maastricht

No que respeito ao ensino geral, a competência dos Órgãos da União Europeia está limitada pelo Tratado de Maastricht (art. 149,4 ex 126) a medidas de encorajamento e a recomendações.

A organização e o conteúdo do ensino continuam a ser matéria da competência dos Estados membros. No entanto, no que respeita à educação existe uma variedade bastante grande de instrumentos comunitários, dado que os ministros dos Estados membros pautam a sua intervenção de acordo com resoluções e conclusões, relatórios, livros brancos, planos de acção e memorandos. Algumas destas iniciativas, não estão previstas no Tratado, levantaram dificuldades em relação ao respeito do princípio de subsidiariedade. Um exemplo disso é o plano de acção sobre o «*e-learning*» que foi posto em acção sem qualquer controlo.

B. A Carta e o projecto de Constituição

No projecto do «*Tratado instituindo uma Constituição para a Europa*» foi integrada a «*Carta dos direitos fundamentais da União*», proclamada pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2000. Estes textos referem-se a dois pontos importantes no que nos diz respeito.

(1) No artigo II-14 encontra-se o «direito à educação»:

- *Todas as pessoas têm direito à educação, bem como ao acesso à formação profissional e contínua.*

⁹ DE WINTER, R., & HERINGA, A.W. – *Non-Governmental Schools and State Intervention*, Maastricht Journaal, 1994, 1, p.325.

- *Este direito comporta a faculdade de frequentar gratuitamente o ensino obrigatório.*
- *A liberdade de criar estabelecimentos de ensino, no respeito pelos princípios democráticos, bem como o direito dos pais a assegurarem a educação dos seus filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas, são respeitados segundo as leis nacionais que regem o seu exercício.*

(2) Um outro artigo importante da Constituição Europeia é o artigo 51 que se refere ao estatuto das Igrejas e das Organizações não-confessionais. Embora o direito nacional que regula as relações entre a Igreja e o Estado seja mantido, o artigo 51 da Constituição garante um diálogo. O artigo diz:

- *A União respeita e não julga, prematuramente, o estatuto do qual beneficiam, em virtude do direito nacional, as igrejas e as associações ou comunidades religiosas nos Estados membros.*
- *A União respeita igualmente o estatuto das organizações filosóficas e não-confessionais.*
- *Reconhecendo a sua identidade e a sua contribuição específica, a União mantém um diálogo aberto, transparente e regular com estas igrejas e organizações.*

C. Questões relacionadas com o direito europeu

Em relação às questões relacionadas com o direito europeu, nota-se que estas surgem, em dois níveis, para o direito privado das escolas católicas:

O primeiro nível refere-se ao conceito legal de educação. No que diz respeito a este conceito, houve uma mudança de paradigma no próprio interior do universo da escola católica na medida em que o centro de gravidade desta escola se deslocou. Este centro já não se compreende em primeiro lugar como a escola da Igreja ou de uma Instituição da Igreja, tal como uma ordem religiosa, mas sim como uma «comunidade cristã de educação» à qual pertencem os gestores eclesiásticos, os pais, os professores, os alunos e o pessoal não-docente. É sobretudo a componente dos pais que foi revalorizada no direito escolar canónico depois da Declaração «*Gravissimum educationis*».

O segundo nível, onde surgem questões, é o do direito europeu em matéria de educação. Na maior parte dos países membros da União Europeia, o direito à liberdade de criação de escolas é garantido pela

Constituição e pertence, por isso, às tradições constitucionais comuns, segundo o artigo 6,2 do Tratado. Na Constituição europeia, verifica-se uma relação directa entre a liberdade da escola e os direitos dos pais. O artigo II-14,3 diz: «*A liberdade de criar estabelecimentos de ensino, no respeito dos princípios democráticos, bem como o direito dos pais de assegurar a educação dos seus filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas são respeitados segundo as leis nacionais que regem o seu exercício.*» Daqui resulta a garantia de um programa de formação próprio, embora esta liberdade seja muito reduzida na maior parte dos países membros frente aos condicionalismos estritos exigidos para o financiamento das escolas privadas por parte do Estado.

D. Algumas tendências mais ou menos recentes

Não posso deixar de salientar, também, algumas tendências mais ou menos recentes que considero de grande relevância para as escolas privadas:

1. A **DECLARAÇÃO DE BOLONHA**, de 1999, suscitou a criação de um espaço europeu do ensino superior através da:

- adopção de um sistema de diplomas facilmente legíveis e análogos.
- implementação de um sistema assente em dois cursos, antes e após a licenciatura. Para aceder ao segundo curso o formando necessitará de ter concluído o primeiro, com uma duração mínima de três anos. Os diplomas entregues, no final do primeiro curso, corresponderão a um nível de qualificação adequado para a inserção no mercado de trabalho europeu. O segundo curso deverá conduzir ao mestrado e/ou ao doutoramento em muitos países europeus.
- criação de um sistema de créditos - como o sistema ECTS - como meio apropriado para promover a mobilidade dos estudantes.
- promoção da mobilidade ultrapassando os obstáculos à livre circulação.
- fomento da cooperação europeia em matéria de avaliação da qualidade, na perspectiva da elaboração de critérios e de metodologias comparáveis.

- promoção da dimensão europeia necessária no ensino superior, nomeadamente no que respeita à elaboração de programas de estudo, à cooperação entre estabelecimentos de ensino, aos programas de mobilidade e aos programas integrados de estudo, de formação e de investigação.¹⁰

É evidente que estas medidas exercerão e exercem já uma influência na oferta de estudos do ensino secundário e nos conteúdos ministrados para garantir a transição mais fácil do ensino secundário para o ensino superior.

2. A tendência, generalizada na Europa, de ver os estabelecimentos escolares lançarem-se em **LUTAS CONCORRENCIAIS** facilita a utilização de conceitos económicos no domínio da educação. Constatamos, com efeito, que a educação entrou na lista dos serviços transfronteiriços segundo o Acordo Geral sobre o Comércio dos Serviços (GATS, em inglês).

Verificamos, igualmente, um aumento dos esforços das próprias escolas para fazerem *funraising* assim como um aumento da participação nas despesas pedidas aos pais.

VIII. ALGUNS NOVOS DESAFIOS NA EUROPA

A maior parte dos sistemas educativos mostram que tanto as escolas não-estatais como o próprio Estado podem aproveitar a responsabilidade partilhada para organizar um sistema educativo eficaz, permitindo que as escolas livres detenham uma parte da autonomia de que necessitam para exprimir a sua identidade e o seu carácter próprio.

Na maior parte dos países da Europa, desenham-se novos desafios e colocam-se novas questões.

1. O problema das escolas «negras» e «brancas»

Um determinado número de países, como a Bélgica e a Holanda, depararam-se com o desenvolvimento de escolas ditas «brancas» e «negras». Trata-se de um fenómeno que surge quando alunos não-europeus não são distribuídos de uma forma proporcional no seio

¹⁰ Ministério francês da educação nacional, da investigação e da tecnologia – arquivos 1997-1999. 12-10-99.

do sistema escolar, concentrando-se assim num número relativamente reduzido de escolas.

O que se passa nestes casos é o fenómeno denominado «fuga branca»: os pais de raça branca retiram os seus filhos destas escolas que possuem um elevado número de alunos imigrantes. Vemos, assim, que os pais podem exercer o seu direito de escolha da escola para os filhos – direito que fora estabelecido, afim de respeitar as diferenças religiosas, como meio de abandonar as escolas que eles entendam como «negras» e, por conseguinte, de nível de ensino inferior. Será necessária uma investigação mais aprofundada para conhecer, verdadeiramente, todas as motivações dos pais que gozam do direito efectivo de escolha da escola.

Propuseram-se diferentes soluções para esta evolução. Uma política de distribuição que consistiria em convidar as diferentes partes a assinarem um acordo, tal como a fixação de «quota» para as crianças de origem estrangeira. Mas o problema continua: tratar-se-ia, aqui, mais de uma política assente na origem étnica do aluno do que assente em bases religiosas ou filosóficas da escola. Um tal acordo seria, por conseguinte, contrário à proibição da discriminação racial, protegida, entre outras, pela Convenção Internacional para a Erradicação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Outra solução consistiria em obrigar as escolas não-estatais a aceitarem todos os alunos que desejassem inscrever-se, sem ter em conta a sua origem étnica. Esta solução não estaria, portanto, assente na livre cooperação das escolas estatais e não-estatais, criando simplesmente uma obrigação para estas últimas de inscreverem todos os alunos. Mas esta legislação seria então contrária à Constituição holandesa, artigo 23, que protege explicitamente a liberdade das escolas não-estatais de escolherem a sua base religiosa ou filosófica e de gerirem estas escolas sobre esta base. Esta inclui a liberdade de decidir a admissão ou não admissão dos alunos.

2. O patrocínio privado das escolas

Um segundo fenómeno que suscitou discussões na Holanda refere-se ao patrocínio privado das escolas. Embora, como certamente sabeis, as escolas católicas da Holanda sejam subvencionadas como as escolas do Estado, a maior parte delas apela aos pais ou a patrocinadores particulares para pagarem as despesas de manutenção ou de restauração dos edifícios. Enquanto as firmas ou empresas

patrocinarem a escola sem impor condições, não há problema. Mas que atitude tomar quando estas empresas quiserem influenciar o conteúdo do ensino ou a escolha do pessoal docente?

A Constituição holandesa protege os direitos das escolas livres contra o Estado, mas não contra empresas privadas que querem aumentar a sua influência. Em 1997, foi concluído um acordo entre a Secretaria de Estado da Educação, quinze organizações nacionais não-governamentais e grupos de interesse. Este acordo prescreve um código de conduta e tem como ponto central uma comunicação aberta com os pais e uma forma de agir subtil e algo melindrosa.

3. O conflito entre as leis de anti-discriminação e o direito ao carácter próprio

Um terceiro problema diz respeito ao conflito entre as leis de anti-discriminação e o direito das escolas não-estatais de conservarem o seu carácter próprio. Na maior parte dos países, aceita-se que uma escola possa conservar o seu carácter religioso, insistindo no direito de trabalhar unicamente com os docentes da mesma convicção religiosa. Mas ainda não é claro se todos os Tribunais dos países ou Estados com leis que proíbem todo o tipo de discriminação a partir da orientação sexual vão permitir às escolas tomar decisões relacionadas com a contratação de professores homossexuais.

4. Existem também dificuldades relacionadas com a política de admissão ou de tratamento de alunos

Numerosas escolas católicas não-estatais admitem alunos que não partilham da fé cristã e, em certos países, são obrigadas a fazê-lo para poderem ser subvencionadas. Mas nem sempre é fácil saber em que medida se pode esperar que estes alunos participem nas aulas de religião católica e se, efectivamente, eles podem exigir que as outras matérias escolares sejam ensinadas de uma forma neutra, afim de evitar que prejudiquem a sua liberdade religiosa. É evidente que tais temas exigem muito tacto e a maior parte dos Tribunais Judiciais ficará hesitante quanto à intromissão nestas questões tão subtis.

CONCLUSÃO

A situação financeira das escolas católicas portuguesas não torna a vossa tarefa fácil. E, no entanto, a liberdade de ensino parte do

princípio que os pais podem escolher a escola sem qualquer tipo de discriminação.

É por essa razão que gostaria de encorajar-vos a continuar firmemente a lutar pelo reconhecimento pleno do papel da escola católica e pela melhoria da formação contínua dos seus professores.

A escola católica contribui para a construção de uma cidadania portuguesa, europeia e mundial. Contribui para a realização de um modelo social português.

Fazemo-lo juntos, Igreja e sociedade civil, no interior dos Estados, mas também, como já vimos, no interior de uma Europa. Esta Europa é, para nós, mais do que um mercado económico. É um continente que carrega uma herança cristã com vocação para estabelecer no mundo uma comunidade de solidariedade, de paz e, sobretudo, de sentido profundo pela vida.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Informação

Recensão

CRISTINA SÁ CARVALHO

SOBRE O DESENVOLVIMENTO MORAL

William Damon, psicólogo norte-americano, professor de Educação, Director do Centro de Estudos do Adolescente na Universidade de Standford, investigador no Instituto Hoover e, na altura, docente na Universidade Brown, publicou em 1988 o livro *The Moral Child*, subtulado *Nurturing Children's Natural Moral Growth*¹, texto em que aborda o desenvolvimento moral das crianças de uma forma que permanece inovadora, apesar do tempo decorrido desde esta publicação. Damon, a par de Robert Coles, que cita, refere-se céptico relativamente a duas grandes correntes da psicologia que trataram o desenvolvimento moral: por um lado, as correntes dinâmicas, que consideram desenvolver-se a moral a partir dos mecanismos de defesa, e as correntes estruturalistas, que perspectivam o desenvolvimento moral como o resultado do desenvolvimento de um sistema lógico e abstracto que atinge a sua plenitude apenas entre as pessoas educadas. Por outro lado, o seu trabalho é igualmente motivado pela trágica tendência pedagógica que entende o processo de desenvolvimento infantil como algo que surge espontaneamente das crianças, enquanto nos pátios das escolas e no calor do lar se observam claramente as duras consequências de tal espontaneidade.

No seu trabalho, Damon aborda e confronta, com os dados da investigação, questões tão interessantes como as emoções morais, a forma como as crianças aprendem a lidar com a justiça através da partilha entre pares, o papel da autoridade parental e das regras familiares no desenvolvimento da consciência moral e ainda o papel do jogo cooperativo e as diferenças que se observam na moralidade individual, proporcionadas ou não pelo género sexual e a cultura de

¹ DAMON, W. – *The Moral Child – Nurturing Children's Natural Moral Growth*. New York, The Free Press, 1988.

origem. Os dois últimos capítulos são dedicados à educação da moralidade, fundada, em grande parte, na educação do carácter. Damon é um crítico assumido e fundamentado das práticas parentais da manipulação e da indulgência, que conduzem à insensibilidade moral, assim como das técnicas de clarificação de valores e da perspectiva cognitivo-desenvolvimental, considerando a primeira como radicalmente relativista e a segunda desadaptada da vida moral quotidiana.

Por outro lado, em 1992, Orlando Lourenço, professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e o investigador português internacionalmente mais conceituado na área da psicologia do desenvolvimento, publicou um trabalho dedicado a esta temática, *Psicologia do Desenvolvimento Moral – Teorias, dados e implicações*². Através da reflexão que nos oferece, pretende responder a um conjunto de questões essenciais: o que se desenvolve no desenvolvimento moral, que pressupostos devem ser assumidos no seu estudo, por que fases passam os sujeitos no decurso deste processo, o que se avalia quando se avalia o desenvolvimento moral, quais os principais factores do seu desenvolvimento e que relações existem entre o pensamento moral da pessoa e a sua conduta moral. Como o próprio refere, este trabalho foi escrito tendo como pano de fundo a abordagem cognitivo-desenvolvimentalista, em particular a perspectiva de Kohlberg, considerando o desenvolvimento moral uma construção do sujeito em interacção com o meio e não produto de doutrinação. No entanto, não rejeita a perspectiva psicanalítica nem da aprendizagem social (a moral como produto dos processos de socialização).

Depois de uma claríssima explicação da concepção de Kohlberg, Lourenço aborda a promoção do desenvolvimento moral questionando os modelos de educação do carácter (que considera endoutrinadores) e propondo uma abordagem de educação para a justiça, baseada no raciocínio e na descentração social, isto é, no conflito sócio-cognitivo e na vivência em comunidades justas e atmosferas morais, o que evitaria a endoutrinação, no ensino directo de conteúdos morais e a

² LOURENÇO, O. – *Psicologia do Desenvolvimento Moral – Teorias, dados e implicações*. Coimbra, Livraria Almedina, 1992.

concepção da criança como poço onde as virtudes são vertidas. Lourenço subscreve a tese de Kohlberg de que quem conhece o bem, pratica o bem.

No ano de 2000, Vicent Gozávez, Professor de Filosofia no IES Josep de Ribera de Xátiva, doutor em Ética e mestre em Psicoética para a Educação Cívico-Moral, publicou *Inteligencia Moral*³, o estimulante resultado da sua investigação de doutoramento. Como o próprio indica, a teoria de Kohlberg guia as suas reflexões e serve de ponte para contributos recentes salientando que, na segunda etapa dos seus trabalhos, o próprio Kohlberg admite que a particularidade das situações morais quotidianas requerem uma sensibilidade empática, isto é, o contributo das emoções morais. Para Gozávez, a sabedoria moral não procura unicamente raciocinar bem acerca de princípios universais, mas supõe também uma fina habilidade para acertar no terreno das escolhas particulares, imersas num mundo de circunstâncias irrepetíveis. Invocando o *After Virtue* de MacIntyre e a crítica de Habermas a Kohlberg, Gózalves defende que a inteligência moral e o desenvolvimento de um carácter virtuoso não requer um nível de desenvolvimento lógico-cognitivo notável e que tem como elemento decisivo o fomento de hábitos e condutas, através do treino e da disciplina.

Como vimos, estas três obras, notáveis em si, constituem um estimulante menu de estudos em psicologia e educação da moral. As diferentes abordagens supõem um desafio para o leitor que deseje compreender livremente o desenvolvimento moral e pretenda construir uma concepção própria sobre a educação moral. No momento em que se discute a revisão dos programas de Educação Moral e Religiosa Católica, e sobretudo muitos se questionam, às vezes sem fundamento científico, sobre a pertinência, oportunidade ou importância da educação moral e religiosa na escola, o percurso de reflexão que propõem pode constituir um contributo substancial para elevar o nível da discussão e iluminar as decisões a tomar. No entanto, a qualidade dos trabalhos não impede o prazer da leitura e esta é, por isso, igualmente recomendável.

³ GOZÁLVES, V. – *Inteligencia Moral*. Bilbao, Desclée de Brouwer, 2000.

Jornadas Nacionais de Professores

P. JOSÉ LUÍS GONÇALVES (*)

Nos dias 3 e 4 de Dezembro realizaram-se, em Fátima, as Jornadas de Formação de professores do Ensino Básico sobre a temática «**O (re)conhecimento do Outro – um desafio à Educação Cristã**». Este tema insere-se na corrente de preocupação em aprender a aceitar, a partilhar e a assimilar a diversidade humana e a inseri-la no horizonte da revelação cristã. As doze palavras-chave da abordagem proposta nestas Jornadas foram: *identidade, alteridade, diversidade, heterogeneidade, interculturalidade, procura, diálogo, respeito, empatia, descentração, convivência, hospitalidade*.

Nestas Jornadas de Formação reflectiu-se sobre algumas tensões que perpassam a chamada sociedade global na relação que entre si estabelecem pessoas portadores de culturas diversas em contexto educativo, apresentando-se algumas chaves pedagógicas que exercitaram os educadores na prática de uma educação aberta à *alteridade* do outro. Foi lançado o desafio de operar-se uma mudança de perspectiva, um apelo ao nomadismo intelectual e à vigilância crítica dos próprios pressupostos de quem esteja comprometido com um projecto antropológico numa perspectiva cristã. Enjeitou-se enveredar pela apologia do outro em registo moralista ou condescendente, mas optou-se por uma reflexão profunda sobre o surgimento desse ‘outro’ no contexto educativo contemporâneo. Deste modo, na apresentação temática compreenderam-se as seguintes etapas:

- Numa primeira abordagem, deu-se prioridade à compreensão de como se foi estruturando um pensamento ocidental fechado que excluía o outro do horizonte do eu.

* Licenciado em Filosofia. Mestrado em Filosofia da Educação na Universidade do Porto, em 2004. Doutorando em Filosofia da Educação. Formador nas áreas de Educação, Psico-Pedagogia e Psicologia.

- Transposto este pensamento para as sociedades pluriculturais contemporâneas, descobriu-se como as tensões que perpassam essas mesmas sociedades e, especificamente o campo educativo, precisam ser reflectidas a partir de um novo paradigma cultural, antropológico e epistemológico e que reclamam uma educação aberta ao outro.
- Essa proposta foi apresentada com a educação e pedagogia intercultural, nomeadamente com algumas propostas de trabalho em grupos para o diálogo e construção de perspectivas educativas que tivessem em conta a vertente cultural.

Terminaram-se estas Jornadas tentando ilustrar as rupturas educativas, antropológicas e éticas que uma educação aberta à alteridade do outro introduz nas práticas pedagógicas contemporâneas e a vigilância crítica que, simultaneamente, se exige para animar a actuação dos educadores cristãos. De facto, Abraão saiu sem saber para onde ia e jamais volta ao lugar de onde tinha partido. A viagem autêntica, a relação com o outro, assemelha-se à viagem de Abraão e não pode repetir, nos nossos dias, o paradigma de Ulisses (o *eu* sai mas regressa a si mesmo). Por conseguinte, a pessoa constitui uma *identidade aberta*, configurada pelo contexto cultural, mas o seu contexto cultural e a sua configuração não constituem uma terra santa. Aprender a *descifrar* a presença do outro, no dizer de Gabriel Marcel, constitui um desafio antropológico e ético.

Professores do norte e do sul, aprenderam e experimentaram, em Fátima, que a pedagogia intercultural aponta para uma dinâmica educativa geradora de pessoas conscientes da *alteridade* e da *diversidade* e, simultaneamente, da sua própria *identidade pessoal*. Longe de ser uma ameaça, a diversidade representa a possibilidade da inter-relação de pessoas e do (re)conhecimento do outro em contexto educativo.

Jornadas Nacionais de Catequistas

TRÊS DIAS DE INTENSA ALEGRIA

Não será nada fácil descrever a experiência dos três dias de Jornadas de Catequistas, em Fátima, organizadas pelo Secretariado Nacional da Educação Cristã, de 1 a 3 de Outubro de 2004.

De facto, já na sexta à noite, Frei José Nunes tinha-nos maravilhado com a meditação sobre a *condescendência*, que significa paciência e respeito pela progressividade da descoberta.

Sábado era outro dia e a frescura da manhã deixava antever um dia cheio de harmonia. O catequista terá de imitar o pastor que deixa as 99 ovelhas para ir à procura da que anda tresmalhada – explicava com convicção e profundidade o P. João Ribeiro, do secretariado do Porto. A seguir a Ir. Lourdes (de Madrid) fez uma aplicação exemplar dessa pedagogia divina à pedagogia do catequista, insistindo nomeadamente na necessidade de respeitar o catequizando, com o seu ritmo próprio.

De tarde, os atelier's, mais voltados para a prática, revelaram-se uma oportunidade de aprofundamento, de partilha e descoberta. Desde o acolhimento ao despertar religioso, passando pela adolescência e catequese de adultos, pela experiência humana e Palavra, celebração e testemunho, até à pedagogia da comunicação e dos símbolos, em outras tantas dez salas, estes grupos de trabalho permitiram uma troca viva de experiências e um ensaio de alguns aspectos de didáctica catequética.

A tarde de sábado encheu-se de um ambiente espiritualmente muito alto, fruto da partilha e união entre todos, de modo que a expressão mais comum era de contentamento e de louvor por quanto se estava a viver. Para cada um, o seu era o melhor atelier. Na mesma sequência, o serão musical, cheio de uma mensagem de “água viva”, de paz e unidade, tornou-se um momento de festa activa e descontraída.

O Domingo começou na basílica. Os cânticos e as sandálias do mensageiro que anuncia a paz (oferecidas simbolicamente) recordavam que estávamos já no início da semana da Educação Cristã. Porém, foi sobretudo o ritmo trovejante do compromisso dos 650 catequistas,

representantes das 20 dioceses de Portugal, feito ali diante de Nossa Senhora e aceite pelo representante da Comissão sr. D. José Alves, que deixou em todos uma marca de alegria e solenidade indescritíveis.

Com a visita surpresa do sr. Bispo de Leiria-Fátima, D. Serafim e do Presidente da Comissão Episcopal, D. Manuel Pelino (apesar do mau momento de saúde), só faltava a belíssima síntese conclusiva feita pela Ir. Lourdes para podermos partir para os nossos trabalhos, com a vontade renovada de fazer melhor, concretizando a pedagogia do dom, na certeza de que não iremos sós. E essa certeza não se baseia apenas (nem sobretudo) na amizade construída nestes dias maravilhosos...

Encontro Europeu de Responsáveis de Catequese

MARIA HELENA PEREIRA

Este encontro aconteceu num ambiente agradável de convívio, trabalho e partilha. Constituíram momentos muito relevantes as celebrações realizadas em algumas comunidades de Lisboa, que acolheram os participantes. Na paróquia de Sacavém, a comunidade organizou-se para viver, com o grupo, um autêntico pontifical, presidido por D. Jorge Udvar, bispo auxiliar de Budapeste. Foi também marcante a participação na celebração dominical, na paróquia de Nossa Senhora da Graça, onde ocorreu o envio dos catequistas. Também a comunidade da Nossa Senhora dos Navegantes, na zona da Expo, nos recebeu para uma celebração muito familiar.

Podemos afirmar que foram momentos muito significativos para todos.

Da partilha relacionada com a realidade da Catequese nos países presentes realçamos os seguintes aspectos:

- | | |
|----------|--|
| Bélgica | A renovação da catequese verifica-se nas seguintes fases: lançamento de um questionário para conhecimento da situação da catequese no país; elaboração de projectos diocesanos. Procura-se ainda dar resposta a outras questões como: catequese de adultos, a formação de catequistas, criação de estruturas para o Catecumenado. |
| França | Depois de terminada a caminhada suscitada pelo documento da Conferência Episcopal “Ir ao coração da Fé”, a avaliação é considerada positiva e, neste contexto, está a ser elaborado um texto sobre os princípios orientadores para a catequese. Foi ainda publicada a nova revista: <i>Tabga</i> , que pretende fomentar a responsabilidade catequética. |
| Portugal | A primeira prioridade é dar seguimento à renovação dos catecismos para os dez anos, assim como concluir o itinerário de catequese para adultos. Na área da formação, a nível |

nacional, realizam-se anualmente três encontros de formação: secretariados diocesanos, animadores de catequese de adultos e o outro extensivo a todos os catequistas. Está ainda a ser preparada uma nova revista sobre *Pastoral Catequética* e começou a funcionar um site na internet.

- Itália Um acontecimento a salientar foi a publicação do documento dos Bispos: "A missão das paróquias num mundo em mudança". Uma nova acção é a catequese para os imigrantes. Quanto à formação de formadores de catequistas, ela tem sido realizada por Região.
- Espanha Sente-se a necessidade de um novo aprofundamento da iniciação cristã em todo o país. Há dois projectos em curso: para as crianças dos 7-9 anos e dos 10-12. Além disso, estão previstos dois documentos: um catecismo oficial nacional e outro sobre a iniciação das crianças não baptizadas.
- Hungria Actualmente são três os pontos que estão a ser trabalhados: desenvolver o Catecumenado e a sua significação; formação dos catequistas; reflexão sobre o Directório Nacional de 2000; como chegar às pessoas para o despertar da fé. Realizaram-se, com regularidade, encontros entre os diferentes agentes implicados na catequese: família, educadores das escolas católicas e catequistas.
- Irlanda Toda a responsabilidade catequética está integrada na escola. Há boa relação entre a escola e a paróquia. É preciso criar meios de aproximar as famílias. A catequese de adultos está pouco organizada.
- Inglaterra A Catequese não é considerada no âmbito nacional, mas apenas no diocesano. Pela primeira vez, os responsáveis diocesanos da catequese encontraram-se para um discernimento a nível nacional. Daqui talvez surja um Directório Nacional para um período de dez anos. Há um encontro anual de Catecumenado, em âmbito muito alargado.
- Rússia Os católicos são uma minoria. Os responsáveis das quatro dioceses reúnem-se duas vezes por ano. Verifica-se uma atenção especial à formação dos catequistas. Como exemplo: na diocese de St Petersburg, esta formação é de 126 horas distribuídas por quatro anos. A Conferência Episcopal pede

que se defina um programa para os jovens. A iniciação cristã baseia-se sobretudo no Ritual. Os catequistas são, na maioria, estrangeiros.

Eslovénia Os livros para a catequese são paroquiais. Para os jovens utilizam-se alguns materiais das escolas católicas e que se encontram também nas paróquias. Não há projecto a nível nacional. A iniciação dos adultos é feita sobretudo para a recepção dos sacramentos. Anualmente há uma semana de formação para os catequistas. Existe uma revista prática para os catequistas com quatro números por ano.

Luxemburgo Verificou-se um aumento na frequência da formação religiosa. Foi lançada uma campanha nacional de publicidade com o tema: tornar-se professor de religião.

Holanda Foram definidos projectos para cinco anos: foi nomeado o director nacional. Prevê-se o lançamento de uma proposta semelhante à que foi vivida em França “Ir ao coração da Fé” e, a partir dos resultados, elaborar um Directório Nacional. Há desejo de apoiar uma investigação científica em torno da catequese com o título: “a catequese reinventada”.

Após a reflexão sobre o tema a sugerir ao Conselho das Conferências Europeias, em ordem ao grande congresso de 2006, em Roma, foi proposto: “Catequese e o processo da iniciação cristã”.

Finalmente foi marcado o próximo encontro que terá lugar nos dias 17 e 18 de Outubro em Paris.

Não podemos deixar de referir a presença do Presidente da Comissão Episcopal da Educação Cristã, que a todos saudou pessoalmente e se inteirou da situação, nos vários países.

No reconhecimento de que todos os participantes se fizeram eco, realçou o acolhimento e a alegria vivida por todos.

Seminário de Catequética

MARIA CONCEIÇÃO LOUREIRO DOS SANTOS (*)

No dia 12 deste mês, pelas dez horas, decorreu em Fátima, na Casa de Nossa das Dores, a segunda edição dos **Seminários de Catequética** que são encontros de formação promovidos pelo **Secretariado Nacional da Educação Cristã e** destinados a pessoas com responsabilidade pastoral no campo da catequese. Este encontro foi presidido pelo responsável pelo Departamento de Catequese, no qual participaram dezasseis elementos provenientes das dioceses de Aveiro, Açores, Braga, Coimbra, Portalegre/Castelo Branco, Porto, Santarém e Vila Real, além dos representantes do Secretariado Nacional.

Este seminário subordinado ao tema: **“A Catequese no processo evangelizador”** foi orientado pelo Padre Luís Miguel Rodrigues, coordenador do Secretariado da Catequese de Braga.

Os trabalhos iniciaram-se com a reflexão sobre a Catequese na vida da Igreja e as orientações dos documentos da Igreja sobre a Catequese. A Catequese acontece na Igreja e faz a Igreja como Jesus quer que ela seja. Esta Igreja torna-se presente através do anúncio da Palavra, dos sinais sacramentais, da diaconia do serviço, da comunhão com a Trindade e do testemunho dos cristãos.

A tarefa primordial da Igreja é Evangelizar, é anunciar a Boa Nova da Salvação, dom gratuito de Deus, O qual se deu a conhecer por intermédio de Jesus Cristo feito homem, para nos tornarmos-nos semelhantes a Ele através do Espírito Santo.

A Palavra só por si não diz tudo. O gesto, só por si, é ambíguo. Portanto Palavra e gesto complementam-se. Na catequese é Cristo que ensina e cada um deve deixar-se guiar. O Cristo que se ensina

* Membro da Equipa do Secretariado Diocesano da Catequese de Vila Real

não é apenas para transmitir uma ideia, um conteúdo, mas sim para apresentar uma pessoa (Jesus Cristo). Podemos perder a capacidade de transmitir a Fé por causa da linguagem que utilizamos. Por isso, não nos podemos afastar das fontes da Catequese. No entanto, é necessário fazer a ponte entre o mundo e a fé através da renovação da linguagem no nosso anúncio. Isto é, a evangelização tem que criar uma cultura cristã.

A fonte da Catequese é Cristo que está na: Sagrada Escritura, Sagrada Tradição e no Magistério da Igreja: “A catequese há-de beber sempre o seu conteúdo na fonte viva da Palavra de Deus, transmitida na Tradição e na Sagrada Escritura, porque a Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura constituem um só depósito inviolável da Palavra de Deus, confiado à Igreja” [Directório Geral da Catequese (DGC) nº 94]”.

As principais funções da Palavra são: convocação e chamamento à Fé, a iniciação, a educação permanente da Fé, a dimensão litúrgica e a dimensão teológica (cf. DGC 51 e 52).

A evangelização convida à conversão, progressiva e gradual, que desencadeia no ser humano adesão livre à fé em Jesus Cristo (cf. DGC 54,56).

De seguida, analisámos e comentámos as finalidades da catequese: “A finalidade da catequese exprime-se através da profissão da fé no Deus único: Pai, Filho e Espírito Santo” (DGC 80).

Ainda dentro do primeiro tempo de reflexão, intervieram vários participantes que realçaram alguns dos aspectos já citados, o P. Luis Rodrigues encerrou esta partilha com a leitura do nº 66 do DGC de forma a resumir tudo o que foi dito nesta sessão de trabalho.

Após um breve intervalo, continuámos a partilha centrando-nos agora nos seguintes documentos: DGC 67,68,97,98, assim como nos dois artigos enviados para preparação deste seminário (cf. bibliografia).

Deste encontro, emanou a ideia que a Catequese é um meio de renovação da Igreja que deve tentar resolver muitos dos problemas das paróquias e que os nossos grupos de catequese deveriam ser modelos para os outros grupos paroquiais. Por outro lado, verificamos que o conceito de catequese ainda não está claro, tendo que distinguir

entre Catequese de Iniciação, Catequese de preparação para os Sacramentos e Catequese de Adultos. Só depois de termos clarificado este conceito, é que nos podemos situar num dos âmbitos da Catequese, podendo então, desenvolver o nosso projecto.

Por fim, concluímos ainda que a grande maioria dos nossos catequistas está muito preocupada com a pedagogia, mas não está ainda bem fundamentada na Palavra, pelo que é necessária formação a nível de conteúdos da fé para que se desenvolva a fidelidade às fontes da catequese e ao testemunho trinitário.

Bibliografia

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO – *Directório Geral da Catequese*. Lisboa, SNEC, 1998.

ALBERTI, Gabriel Richi – *La transmisión de la fe por la Iglesia. Profesión y testimonio de fe* in *Teología y Catequesis* 81 (2002) p. 35–48.

RATZINGER, Joseph – *Transmisión de la fe y fuentes de la fe* in *Scripta Theologica* 15 (1983) p. 9–30.

Catecismos em Renovação

P. JOSÉ ALMEIDA

1. Uma ideia com 20 anos

O programa actual de Catequese, aprovado pela Conferência Episcopal em meados da década de 80, começou a produzir frutos com os dez catecismos em vigor, publicados a partir de 1991. Nesse programa ressaltam, à partida, duas grandes vantagens: um programa unitário de dez anos, para infância e adolescência, o que representa um avanço importante na definição de um itinerário de crescimento da fé e que acompanhe o desenvolvimento humano social e cultural, em ordem a uma verdadeira iniciação cristã. Ao mesmo tempo, o facto de estes catecismos (ou livros catequéticos) serem preparados por responsáveis diocesanos, possibilitou aliar teoria, prática e ainda a sensibilidade religiosa e cultural do nosso país.

A previsão era que, passados cinco anos, se iniciasse o trabalho de revisão. O Secretariado Nacional chegou, nessa altura, a recolher sugestões e a fazer levantamentos nesse sentido e foram mesmo constituídos alguns grupos de trabalho. De facto, em 1996 elaboraram-se algumas pistas de avaliação, que serviram para trabalhos de grupo. Porém, por motivos diversos, ficou apenas alguma reflexão escrita, algumas catequese reelaboradas. Não se avançou mais por falta de disponibilidade.

2. Encontro Nacional do Algarve

No ano de 2002, o encontro habitual de secretariados de catequese de todo o país realiza-se no Algarve. O tema escolhido foi precisamente: “Catecismos, dez anos depois”. Além de todos os secretariados do país, tivemos a participação de sete bispos (os membros da Comissão Episcopal, dois bispos do Algarve e o sr. Cardeal Patriarca). A partir dos vários temas e debates, chega-se à grande conclusão de que é preciso reiniciar o processo de renovação dos Catecismos.

Os motivos fundamentais para essa renovação eram: a necessidade de confrontar programas e catecismos com o Catecismo da Igreja

Católica e com o Directório Geral da Catequese, uma vez que esses mesmos documentos o indicam (FD 4, DGC 120, 134, 284); a exigência de uma nova inculturação, uma vez que a cultura evoluiu imenso nos últimos anos e toda a evangelização tem de ter em conta um verdadeiro diálogo entre evangelho e cultura; a conveniência de actualização pedagógica e de introduções dos guias mais simples e, por fim, o simples facto de ser imperiosa a renovação gráfica dos próprios materiais. Ao mesmo tempo, ficou certo que se procuraria manter o mais possível dos actuais textos.

Porém, a questão de se introduzir alterações não representava qualquer problema porque tanto as anteriores equipas como quem agora fosse chamado a colaborar, todos estavam certos de que o que importa mesmo é servir a Igreja nesta missão fundamental que é a catequese. Quanto á responsabilidade máxima, já se sabe que ela pertence aos nossos bispos, em unidade com o Papa. Por isso, todos os secretariados e equipas são apenas colaboradores da Comissão Episcopal da Educação Cristã e da Conferência Episcopal.

De facto, não há catequese verdadeira se não for a catequese da Igreja. É necessário dispor-se a perder essas ideias na reflexão de âmbito nacional realizada com os secretariados diocesanos e, num momento posterior, com os próprios bispos, os principais responsáveis pela “transmissão” da fé, ou melhor, pela transmissão da revelação que proporciona a fé pessoal e comunitária. Aqui, vale a máxima segundo a qual “vale mais o menos perfeito em unidade do que o mais perfeito em desunidade”. Qualquer iniciativa que não esteja em comunhão com a Igreja não constrói e não serve porque lhe falta a marca fundamental da eclesialidade.

3. Constituição de Equipas de Trabalho

Até finais de 2002, constituem-se quatro equipas, que representam as quatro zonas do país (Sul e Ilhas, Centro, Beiras e Norte). São definidas duas fases para a infância, de três anos cada: uma primeira fase de despertar religioso e de preparação para o Baptismo (nos casos em que se verifique) e para a Eucaristia; uma segunda fase que proporcione uma primeira grande síntese da fé, podendo culminar com a “Profissão de Fé”. Na adolescência, mantêm-se duas fases de dois anos cada: uma primeira dedicada à personalização da fé na adolescência e a segunda ao compromisso cristão. Globalmente, tanto

na infância como na adolescência, a catequese proposta é uma catequese de iniciação cristã, segundo a focagem do novo Directório Geral. A partir do 7º ano, esta catequese adquire características especiais, uma vez que uma das dimensões é ditada pelas exigências da própria idade (adolescência).

Com vários encontros entre as quatro equipas, com o Secretariado Nacional e a Comissão Episcopal, decorre um ano de trabalho, em que se elaboram as quatro propostas correspondentes aos primeiros anos de cada fase, tanto no que se refere aos guias pedagógicos como aos catecismos. Um desses encontros tem lugar nos Açores (encontro anual), mais propriamente na ilha Terceira, que serve para continuar a reflexão com todos os secretariados diocesanos.

4. Ano de 2004

Na semana da oitava da Páscoa, os secretariados do país reúnem-se de novo. Agora a cidade que nos acolhe é Aveiro. Além dos temas de formação, é agora possível avaliar estas quatro primeiras propostas de renovação dos catecismos e guias. Da avaliação efectuada, concluiu-se que estávamos em presença de dois níveis diferentes: as duas propostas da adolescência (7º e 9º anos) receberam praticamente “luz verde” dos secretariados diocesanos, juntamente com algumas sugestões de melhoramento; as propostas da infância (1º e 4º anos) foram analisadas em pormenor e concluiu-se que deveriam ser reorientadas, integrando as observações partilhadas tanto de âmbito estrutural como de linguagem, como ainda referentes à pedagogia catequética.

5. Ano de 2005

Qual é a situação da renovação dos catecismos, no início de 2005? É esta a situação actual de todos os anos de catequese da infância e adolescência e as equipas respectivas:

- 1º ano – Algarve (Secretariado Diocesano);
- 2º ano – Algarve (Secretariado Diocesano);
- 3º ano – Açores (Secretariado Diocesano);
- 4º ano – Aveiro, Lisboa, Santarém e Setúbal;
- 5º ano – Lisboa (Secretariado Diocesano);
- 6º ano – Braga (Secretariado Diocesano);
- 7º ano – Viseu (Secretariado e outros): já revisto;

- 8º ano – Vila Real (Secretariado Diocesano);
- 9º ano – Porto (Secretariado Diocesano): já revisto;
- 10º ano – Porto (Secretariado Diocesano).

Em conclusão, o primeiro já pronto a entregar à Conferência Episcopal é o do 9º ano, seguido do 7º ano. Todos os outros continuam em renovação. É impossível estabelecer prazos e previsões para o final dos trabalhos, uma vez que isso depende de muitos factores. O que se pode dizer é que o processo está em bom ritmo. A partir de agora, à medida que as equipas forem concluindo as suas propostas, passar-se-á à avaliação dos secretariados. Depois de integradas as sugestões destes, os catecismos serão presentes à Comissão Episcopal. Depois de analisados pela Comissão, serão entregues à Conferência Episcopal. O Secretariado Nacional acompanha todo o processo.

Uma constatação destes últimos anos é que não é fácil preparar guias e catecismos e as dificuldades podem surgir inesperadamente. Por isso, é com toda a convicção que aqui deixamos um imenso obrigado a todos os que têm trabalhado neste projecto e a todos os que lhe têm juntado a sua colaboração e partilha construtiva.